

- 1- ATAS
 - 1.1- 28ª Reunião Ordinária de Debates
 - 1.2- 9ª Reunião Especial Destinada a Homenagear o CEPO
 - 1.3- Reuniões de Comissões
 - 2- ORDENS DO DIA
 - 2.1- Plenário
 - 2.2- Comissões
 - 3- EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO
 - 3.1- Plenário
 - 3.2- Comissões
 - 4- TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO
 - 5- PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR
 - 6- MATÉRIA ADMINISTRATIVA
-

ATAS

ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE DEBATES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 26 DE JUNHO DE 1995, INTERROMPIDA PARA COMEMORAR O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DO ENGENHEIRO SIDERURGISTA LOUIS ENSCH

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e
Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - 1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE): 1ª Fase: Ata - Correspondência: Ofícios, telegramas e cartões - **Apresentação de Proposições:** Projeto de Resolução nº 325/95 - **2ª Fase:** Abertura de inscrições - Interrupção dos trabalhos ordinários - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Destinação da reunião - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado Jairo Ataíde - Palavras do Sr. François Moyen - Exibição de vídeo - Entrega de placa alusiva - Palavras do Sr. Presidente - Reabertura dos trabalhos ordinários - **ENCERRAMENTO - ORDEM DO DIA.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Maria José Haueisen - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Anivaldo Coelho - Antônio Genaro - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Pimenta - Clêuber Carneiro - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Rezende - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - Jorge Hannas - José Henrique - Kemil Kumaira - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Maria Olívia - Mauri Torres - Miguel Martini - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Simão Pedro Toledo - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - A lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª PARTE (PEQUENO EXPEDIENTE)

1ª Fase

Ata

- **A Deputada Maria José Haueisen**, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- **O Deputado José Henrique**, 1º-Secretário "ad hoc", lê a seguinte correspondência:

"OFÍCIO*

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais:

O signatário desta, Jairo de Souza Coelho, brasileiro, casado, médico, residente e domiciliado em Ipanema, MG, na Av. Dr. José Xavier Pinto, 43, CPF 284155407/44, na condição de Prefeito Municipal do Município de Ipanema, MG, em pleno exercício do cargo, vem, respeitosamente, representar a V. Exa. sobre a proposta de emancipação do Distrito de Taparuba, neste município, processo em tramitação nessa Casa parlamentar mineira, pelas razões a seguir expostas.

a) Pela Lei Complementar nº 37, de 18/1/95, que dispõe sobre a matéria em questão, há que se alertar, entre outras exigências, para o disposto no art. 3º, II, que determina: "núcleo urbano já constituído, com mais de 400 (quatrocentas) moradias, destinado a sediar, como cidade, o novo Governo Municipal".

b) Tal pressuposto deverá ser atestado pelo Serviço de Cadastro e Lançamento da Prefeitura Municipal, para observância do "caput" do artigo e seu parágrafo único da citada lei complementar.

c) Ocorre que somente estão regularmente cadastradas naquele serviço público municipal 237 (duzentas e trinta e sete) moradias, de nada adiantando a declaração de Vereadores deste município de que o número mínimo fora alcançado. Tecnicamente, esta declaração dos edis não encontra amparo legal em observância da legislação pertinente.

d) Há que se atentar, ainda, Sr. Presidente, para os indícios de graves irregularidades na formação do processo de emancipação do Distrito de Taparuba, cópia anexa, ao simples exame das fls. 5, 6, 7, 8, 9 e 10, dos eleitores daquele distrito, sob declaração do Sr. Presidente da Associação Comunitária em 8/5/95, anexa ao processado, razão pela qual solicitamos exame grafotécnico delas para que se possa comprovar a sua autenticidade.

Diante do exposto, solicitamos a V. Exa. a adoção das providências cabíveis e de direito, com a imediata retirada do processo da pauta de votação do Plenário dessa Casa Legislativa.

Confiante no alto espírito público de V. Exa. quanto às providências a serem efetivadas, subscrevemo-nos.

Respeitosamente,

Dr. Jairo de Souza Coelho, Prefeito Municipal de Ipanema."

- À Comissão de Assuntos Municipais para anexar ao processo de emancipação do Distrito de Taparuba.

* - Publicado de acordo com o texto original.

OFÍCIOS

Dos Srs. Odelmo Leão, Deputado Federal, e Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Presidente do INDI-MG, agradecendo o convite para participar da reunião de instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal.

Dos Srs. José Zenun Messias, Gérson Duarte, Milton José de Oliveira, Arnaldo Antônio Braga, José Pereira dos Santos, João Moreira de Melo, Renê Renan, Manoel Barbosa dos Santos, Waldemar Souza Franco e Romero Xavier Ramos, Prefeitos Municipais de Campestre, Campanário, Santa Rita de Caldas, Peçanha, Paulistas, Ipuíuna, Virgolândia, Bandeira do Sul, Andradas e Coroaci, respectivamente; Pedro Paulo Pereira, Vice-Prefeito de Machado; Mauro Cândido da Silva, Sílvio Mateus de Araújo, Jéferson Judas Tadeu Leite, Presidentes das Câmaras Municipais de Virgolândia, Coroaci e Peçanha, respectivamente; José da Silva Ramos, Diretor da Secretaria do Executivo, da Prefeitura de Raul Soares; João Batista Alves e Geraldo Campos Coelho, Presidentes das Associações dos Produtores Rurais de Virgolândia e de Coroaci, respectivamente; Pedro Paulo Gonçalves, Geraldo Gomes de Souza, Geraldo Alves Pereira e Lélío Dias de Miranda, Presidentes dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de São João Evangelista, São Pedro do Suaçuí, Virgolândia e Municípios Vizinhos e Coroaci, respectivamente; Jésus Lopes Machado Filho e Sílvio Mateus de Araújo, Presidentes dos Sindicatos Rurais de Cataguases e Coroaci, respectivamente; Wilson D. Vilas Boas e Antônio Carlos Buttignon, Presidentes do Rotary Club de Campina Verde e do Rotary Club de Iturama, respectivamente; Walter Palmeira, Presidente da Cooperativa Agrária de Machado Ltda.; Jésus Lopes Machado Filho, Presidente da Cooperativa Agropecuária de Cataguases Ltda. e Danilo Carneiro Brandão, Presidente do Diretório Municipal do PFL, solicitando o apoio dos parlamentares desta Casa à aprovação do projeto do Governador do Estado que cria a Secretaria do Meio Ambiente, na forma proposta. (- Anexe-se ao Projeto de Lei nº 285/95.)

Do Sr. Eduardo Barbosa, Deputado Federal, agradecendo convite para participar da reunião especial comemorativa do centésimo aniversário de nascimento do engenheiro siderurgista Louis Ensch.

Do Sr. João Evangelista Alves, Presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto, encaminhando cópia da Representação nº 14/95, de sua autoria, aprovada pelo Legislativo ouro-pretano, na qual faz considerações a respeito da audiência pública

regional realizada em São João del-Rei nos dias 8 e 9 do mês corrente e apresenta as reivindicações do Município de Ouro Preto, para serem apreciadas por esta Casa.

Do Sr. Darcy Luiz V. Rezende, Presidente da Câmara Municipal de Leopoldina, comunicando que, em reunião ordinária realizada no dia 6 do corrente mês, o Poder Legislativo daquele município aprovou documento de autoria do Vereador Roque Schettino, subscrito por outros Vereadores, no qual se manifesta a insatisfação da comunidade leopoldinense diante da proposta de construção de uma penitenciária agrícola na localidade de Vargem Linda, e solicitando o empenho desta Casa para que tal iniciativa não logre êxito. (- À Comissão de Defesa Social.)

Do Sr. Luiz Guaritá Neto, Prefeito Municipal de Uberaba, informando, com relação ao Ofício nº 1.124/95 - SGM, que o Distrito de Delta, localizado naquele município, não possui prédios adequados para a instalação de unidades de serviços de administração pública e da PMMG, conforme comprovam as cópias do documento emitido pelo Cadastro Imobiliário da Municipalidade e do ofício do 5º CRP - 4º BPM, encaminhadas anexas. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Marcelo Meira Bhering, Diretor da Superintendência de Finanças da Secretaria do Trabalho, encaminhando demonstrativos dos recursos disponíveis do Fundo para a Infância e Adolescência, relativos aos meses de abril e maio de 1995. (- À Comissão de Fiscalização Financeira.)

Do Sr. Mauro Roberto Soares de Vasconcellos, Diretor-Geral do DER-MG, informando, em resposta a diligência desta Assembléia, que o trecho da Rodovia BR-381 que liga os Municípios de Governador Valadares e Mantena já é denominado Rodovia Engenheiro Benedito Quintino. (- À Comissão de Constituição e Justiça.)

Dos Srs. Marco Antônio Rodrigues da Cunha, Presidente do Instituto de Desenvolvimento Industrial de Minas Gerais - INDI - MG -, e Stefan Bogdan Salej, Presidente da FIEMG, agradecendo o convite para a etapa do Ciclo Nacional de Debates sobre política de juros e estabilidade econômica.

Do Sr. Antônio Cândido Martins Borges, Diretor-Geral do Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA -, encaminhando exemplar do "Relatório Anual de Atividades" daquele órgão, relativo ao exercício de 1994.

Do Sr. Eliseu de Sousa Soares, Secretário-Geral Adjunto da COPASA-MG, comunicando, em atenção a requerimento do Deputado Paulo Schettino (implantação de rede de esgotos em ruas do Bairro Bonsucesso, nesta Capital), que é possível o atendimento à solicitação, devendo os interessados se encaminhar àquela empresa.

Do Sr. Ronan Ramos de Oliveira, Chefe do Cerimonial do Governador do Estado, agradecendo o convite formulado ao Chefe do Executivo para participar da etapa do Ciclo Nacional de Debates sobre política de juros e estabilidade econômica e comunicando que ele seria representado no evento pelo Sr. Marcus Vinícius Caetano Pestana da Silva, Secretário Adjunto do Planejamento.

Do Sr. Ronaldo da Silva Nogueira, Presidente do Conselho Tutelar da Regional Nordeste de Belo Horizonte, dando ciência a esta Casa dos nomes dos conselheiros escolhidos para compor a diretoria do Conselho.

Da Sra. Lúcia Queiroz Melo Freire e outras, funcionárias lotadas na 27ª Superintendência Regional de Ensino de Passos, solicitando o empenho desta Casa junto à Comissão Estadual de Política de Pessoal para que elas possam optar pelo regime de 40 horas de trabalho por semana. (- À Comissão de Administração Pública.)

Da Sra. Irene Aparecida Vitorino, Secretária da Associação dos Familiares dos Doentes Mentais, solicitando seja informado à Associação se da comissão que estuda a Lei nº 11.802 faz parte representante de familiar de paciente.

Do Sr. Winfried Jung, Diretor da Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, enviando o último volume da série Papers, intitulado "Política de Privatização no Brasil e na Alemanha".

Do Sr. Sebastião Venuto de Souza, Presidente da Associação Comunitária Administrativa e Beneficente do Bairro Céu Azul e Adjacências, encaminhando cópias das atas de eleição e posse da nova diretoria para o biênio 1995-1997.

Dos Srs. Célio Barbosa, Adão Carlos de Lima, Antônio Carlos Franceli, Genésio Massaro e Salvador Tumiotto, representantes das Associações de Moradores do Distrito de Crisólia, do Bairro Taboão, do Distrito de São José do Mato Dentro, do Bairro da Barra e do Bairro Taguá, respectivamente, solicitando o apoio da Casa para que se concretize a emancipação do Distrito de Crisólia. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Do Sr. Eduardo Paes Barreto, Diretor do Serviço de Atendimento ao Consumidor Arapuã - Regional Belo Horizonte, agradecendo a consignação nos anais da Casa, a requerimento do Deputado Marcos Helênio, de voto de congratulações com essa cadeia de lojas.

TELEGRAMAS

Do Sr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado, comunicando, a respeito dos Ofícios nºs 744, 813, 945, 947/95 - SGM, que encaminham, respectivamente, requerimentos dos Deputados João Batista de Oliveira, Olinto Godinho, Kemil Kumaira e Jairo Ataíde, que

os assuntos foram encaminhados aos órgãos competentes, para exame.

Dos Srs. Francelino Pereira, Senador da República; Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado; Ricardo Pinheiro, Diretor Regional da ECT em Minas Gerais; Alaor Feira Pacheco, Chefe do 6º DRF; Paulo Roberto Henrique, Presidente do SINDUSCON; agradecendo convite para participar da etapa do Ciclo Nacional de Debates em que será discutido o tema "Política de Juros e Estabilidade Econômica".

Dos Srs. Márcio Aristeu Monteiro de Barros, Presidente do Tribunal de Justiça, e Raimundo Cândido Júnior, Presidente da OAB-MG, agradecendo convite para participar da reunião especial de instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara Federal.

CARTÕES

Do Sr. Humberto Souto, Deputado Federal, agradecendo convite para a reunião em homenagem à PMMG.

Do Sr. Sebastião Rosenberg, Presidente do TRE-MG, agradecendo convite para a reunião em comemoração ao centenário de nascimento do Sr. Louis Ensck, engenheiro siderurgista.

Dos Srs. Sebastião Rosenberg, Presidente do TRE-MG, Maurício Brandi Aleixo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, e Fábio Eugênio Ferreira Lima, Secretário Adjunto da Secretaria da Habitação, agradecendo convite para participar da reunião de instalação da Subcomissão Especial das Micro, Pequenas e Médias Empresas.

Dos Srs. Sebastião Rosenberg, Presidente do TRE-MG, Maurício Brandi Aleixo, Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, Cláudio Roberto Mourão da Silveira, Secretário de Administração, Alysson Paulinelli, Secretário de Agricultura, do Cel.-Av. Edvard Rodrigues Vieira, Comandante do CIAAR, e do Sr. Fábio Eugênio Ferreira Lima, Secretário Adjunto da Secretaria da Habitação, agradecendo convite para participar da etapa do Ciclo Nacional de Debates cujo tema é Política de Juros e Estabilidade Econômica.

Do Sr. Eduardo Guimarães Álvares, Presidente da Fundação Clóvis Salgado, enviando o programa do concerto apresentado pela Orquestra Sinfônica e pelo Coral Lírico de Minas Gerais no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, este mês, no projeto Minas Além das Gerais. (- À Comissão de Educação.)

Do Sr. Roberto Borges Martins, Presidente da Fundação João Pinheiro, agradecendo convite para participar da reunião em homenagem ao Senador Darcy Ribeiro.

O Sr. Presidente - A Mesa passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para a 1ª fase do Pequeno Expediente.

Apresentação de Proposições

- Nesta oportunidade, é encaminhada à Mesa a seguinte proposição:

PARECER SOBRE O OFÍCIO Nº 2/95

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cumprindo o disposto no art. 76, § 5º, da Constituição Estadual, encaminha a esta Casa o processo de prestação de contas daquela Corte relativo ao exercício de 1994.

Nos termos do art. 233 do Regimento Interno, passamos a analisar a prestação de contas em epígrafe.

Fundamentação

Envia o Tribunal de Contas a esta Casa Legislativa a sua prestação de contas referente ao exercício de 1994.

Conforme disposto no art. 76 da Constituição Estadual, compete à Assembléia a ação fiscalizadora das contas anuais de gestão do Tribunal de Contas. Nesse contexto, exerce o Legislativo o papel de controlador externo das contas do referido Tribunal. De acordo com o art. 81 da Lei nº 4.320, de 1964, são três os objetivos do controle externo: verificar a probidade da administração, a guarda e o legal emprego dos dinheiros públicos e o cumprimento da lei de orçamento.

Na prestação de contas remetida pelo mencionado Tribunal, constam os seguintes documentos:

- a) orçamento de 1994 para o Tribunal de Contas;
- b) suplementações ocorridas em 1994;
- c) quadro de detalhamento da despesa em 31/12/94, demonstrando a despesa empenhada e a despesa realizada;
- d) demonstrativo das cotas de custeio aprovadas pela junta de programação orçamentária e financeira;
- e) demonstrativo das cotas de custeio liberadas pelo Tesouro Estadual;
- f) demonstrativo das aplicações financeiras em 1994;
- g) demonstrativo das diárias de viagens, por trimestre;
- h) demonstrativo dos gastos mensais com material de consumo;
- i) relação mensal dos contratos administrativos firmados;
- j) relação mensal dos contratos de informática firmados;
- l) relação dos contratos de obras e instalações;
- m) relação dos investimentos em equipamentos e material permanente;

- n) demonstrativos de inscrições em restos a pagar em 1994;
- o) relação dos cursos administrados em 1994;
- p) relatório dos gastos com veículos em 1994;
- q) saldos bancários em 31/12/94;
- r) relação das licitações realizados no exercício de 1994;
- s) balancetes dos meses de janeiro a dezembro de 1994.

Prestação de contas, segundo os professores J. Teixeira Machado Jr. e Heraldo da Costa Reis, em sua obra "Lei 4.320/64 Comentada", 22ª ed., Rio de Janeiro, IBAM, 1990, compreende o "ato pelo qual o agente responsável, quer pelos negócios da entidade, quer por bens ou valores públicos, em face de dispositivo legal, toma a iniciativa de ressaltar os fatos ocorridos em relação à sua gestão, ao órgão ou pessoa que de direito é competente para apreciá-los".

Nossa análise, "a posteriori", dos fatos ocorridos, baseia-se em documentos emitidos e enviados pelo próprio Tribunal de Contas. Nesse aspecto, não há como mensurar o correto emprego do dinheiro público, cabendo a esta Casa a iniciativa de verificar a probidade do descrito pelo mencionado Tribunal.

Verificando o que nos foi remetido pelo Tribunal de Contas, constatamos que as informações prestadas, em alguns casos, não foram suficientes para nossa análise. Percebemos, por exemplo, que não existe correspondência entre o texto da Resolução nº 1/88, do Tribunal de Contas, citada na pág. 91 do relatório, que dispõe sobre o recolhimento de multas aplicadas pelo Tribunal, e a relação de contas de cadernetas de poupança alistadas.

Percebemos, ainda, que o Tribunal deixa de prestar informações concernentes ao controle patrimonial e a dispêndios com pessoal.

O referido Tribunal, nos moldes da Instrução nº 1/94, determina como devem vir instruídas as prestações de contas dos órgãos das administrações direta e indireta do Estado, quando da remessa da documentação à Casa de Contas. Tal instrução está em vigor desde o dia 1º de janeiro deste ano.

O art. 3º da referida instrução determina que as unidades gestoras dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, por seus titulares, remeterão ao Tribunal de Contas balancete mensal, até o dia 30 do mês subsequente ao da competência. Entre outros documentos, exige o Tribunal o envio do balancete orçamentário, financeiro e patrimonial; demonstrativo da receita e da despesa segundo as categorias econômicas, atividades e fontes de recursos; comparativo da receita orçada e a arrecadada; demonstrativo da dívida fundada interna e externa.

Já o art. 5º especifica a documentação a ser enviada anualmente pelos ordenadores, responsáveis por bens e valores públicos e agentes pagadores da administração direta do Estado, tais como: relatório do ordenador da despesa relativo à aplicação dos recursos, com a indicação do período exato da gestão; cópia dos extratos bancários de dezembro; demonstrativo dos repasses concedidos ou recebidos, decorrentes de convênios, acordos, ajustes, auxílios, contribuições e subvenções; inventário dos bens permanentes em uso; inventário de estoques em almoxarifado; demonstrativo das dívidas assumidas no exercício, se houver.

Outro aspecto importante na análise da prestação de contas refere-se ao cumprimento das metas estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. Esta lei definiu como diretrizes para o Tribunal de Contas, em 1994, o seguinte:

- 1 - desenvolvimento de recursos humanos por meio de treinamento e aperfeiçoamento profissional;
- 2 - reestruturação e implementação da área de informática;
- 3 - divulgação das atividades do Tribunal de Contas por meio de impressos e publicações;
- 4 - criação e implantação de inspetorias regionais;
- 5 - incrementação da auditoria externa;
- 6 - realização de encontros e seminários e prestação de orientação direta aos municípios por meio de treinamento sistemático;
- 7 - readaptação e reforma do edifício-sede;
- 8 - prosseguimento das obras do edifício anexo à sede do Tribunal de Contas.

Em seu relatório, a egrégia Corte de Contas do nosso Estado limita-se a transcrever tais diretrizes, sem avaliar nem comentar sua execução em termos quantitativos e qualitativos.

No entanto, em que pese a todas as deficiências apontadas, percebemos uma evolução no processo de prestação de contas do referido Tribunal. Numa análise comparativa das informações prestadas em exercícios anteriores, estas são mais abrangentes e detalhadas, o que demonstra a intenção do Tribunal de Contas de cumprir diligentemente o instituído na Constituição mineira.

Conclusão

Em face do exposto, e tendo em vista o propósito desta Casa - principalmente, desta Comissão - de exercer sua função fiscalizadora, reafirmamos, primeiramente, a necessidade de se aperfeiçoar nosso controle externo sobre o Tribunal de Contas,

solicitando àquela Casa, na condição de órgão público gestor de recursos públicos, a apresentação de suas contas referentes ao exercício em curso, nos moldes de sua Instrução nº 1/94, em vigor desde 1º/1/95.

Em seguida, que seja estudada por esta Comissão a possibilidade do acompanhamento da execução orçamentária do referido Tribunal por meio de visitas periódicas ao órgão. Tal prática visa a facilitar e a dar maior consistência às decisões desta Comissão no exame das futuras prestações de contas do Tribunal.

Assim, opinamos pela aprovação das contas do Tribunal de Contas referentes ao exercício de 1994 com a apresentação do seguinte projeto de resolução.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 325/95

Aprova, em conformidade com o disposto no art. 62, XXII, da Constituição do Estado, as contas do Tribunal de Contas.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - Ficam aprovadas, em conformidade com o disposto no art. 62, XXII, da Constituição do Estado, as contas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais referentes ao exercício de 1994.

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 22 de junho de 1995.

Romeu Queiroz, Presidente - Miguel Martini, relator - Geraldo Rezende - João Leite - Alencar da Silveira Júnior.

- Publicado, vai o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber emenda pelo prazo de dez dias.

2ª Fase

Abertura de Inscrições

O Sr. Presidente - Não havendo oradores inscritos para esta fase, a Presidência passa à 2ª fase do Pequeno Expediente. Estão abertas as inscrições para o expediente da próxima reunião ordinária.

Interrupção dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A Presidência interrompe os trabalhos ordinários para comemorar o centenário de nascimento do Eng. Louisensch.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente - A Presidência convoca os Deputados Jairo Ataíde, Bonifácio Mourão, Carlos Pimenta e Dinis Pinheiro para, em comissão, introduzirem no Plenário os convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - A Presidência convida a tomar assento à mesa o Exmo. Sr. Deputado Federal Israel Pinheiro Filho, Secretário de Transportes e Obras Públicas; a Sra. Mariel Coutinho, filha do homenageado; o Dr. François Moyen, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; o Dr. Pio Canedo, ex-Governador do Estado, e o Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, ex-Presidente desta Assembléia.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta parte da reunião a comemorar o centenário de nascimento do engenheiro siderurgista Louisensch.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Neste momento, convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Ouve-se o Hino Nacional.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Deputado Jairo Ataíde, autor do requerimento que suscitou a realização desta homenagem.

Palavras do Deputado Jairo Ataíde

Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa; Dr. Israel Pinheiro Filho, Secretário de Transportes e Obras Públicas, representante, neste ato, do Governador do Estado, Dr. Eduardo Azeredo; Exma. Sra. Mariel Coutinho, representante da família do homenageado; Exmos. Srs. Dr. François Moyen, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; Dr. Pio Canedo, ex-Governador do Estado; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, meu companheiro; Srs. Deputados; senhoras e senhores; para nós, mineiros, tem excepcional significado esta sessão especial com a qual a Assembléia Legislativa assinala o centenário de nascimento do saudoso engenheiro Louisensch. Um século é passado, e a lembrança de seu nome permanece viva não apenas para aqueles que a ele se vincularam profissional ou afetivamente, mas também para todos os nossos conterrâneos que se interessam, realmente, pela vida econômica e industrial de Minas.

Durante 26 anos, a vida do homenageado esteve ligada à da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira, da mesma forma como esta se projetou na própria história do desenvolvimento industrial do Estado. Sem sombra de dúvida, a absorção de técnicos, bem como de capitais estrangeiros, é benéfica para as aspirações desenvolvimentistas do Brasil, desde que aqui aportem com o propósito de se integrar no esforço comum do engrandecimento nacional.

A Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira é um exemplo marcante dessa participação

construtiva. Fundada em 1921, como resultado da fusão da antiga Companhia Siderúrgica Mineira com o capital e a técnica da ARBED, a conhecida empresa vem emprestando ao Estado expressiva colaboração, há mais de 70 anos. No fim da década de 20, dificuldades do mercado e notória crise econômica impuseram drásticas restrições à Companhia, que chegou a paralisar, durante meses, suas atividades em Sabará.

Em 1927, a ARBED enviou para o Brasil o engenheiro Louis Enschedé, com o encargo de assumir a direção da usina. Nascido em Luxemburgo, no dia 25/6/1895, o então jovem engenheiro, que trabalhara em usina da ARBED, em Luxemburgo, trouxe para o Brasil não apenas a experiência da tecnologia lá aprendida, como também a vontade imbatível do líder predestinado.

Nossa siderurgia dava, ainda, seus primeiros passos, graças à capacidade técnica de alguns e ao idealismo de outros. As potencialidades naturais de Minas, contudo, acenavam para o futuro. Quando Louis Enschedé aqui chegou, empolgou-se, desde logo, com as riquezas minerais de alto teor de ferro acumuladas em nosso subsolo e com a exuberância das florestas tropicais. Ao seu impulso desbravador, oferecia-se a conquista de um mundo novo. O desafio foi aceito com o entusiasmo dos audazes e a segurança dos competentes. Assim, ele lançou as sementes da moderna siderurgia no campo fértil da riqueza mineral do Estado.

Chegando em terras mineiras, o engenheiro resolutivo e capaz arregaçou as mangas e entregou-se, de corpo e alma, ao trabalho de recuperação da usina de Sabará. Modernizou-a para os padrões da época e ampliou as instalações industriais, de modo a situá-la como a primeira usina integrada a funcionar na América do Sul. A empresa não apenas fora salva da crise ameaçadora, mas também equipava-se para a conquista do mercado brasileiro.

O projeto alimentado pela ARBED, contudo, era mais pretencioso, envolvendo a construção de uma nova usina no vale do rio Piracicaba. Havia, porém, o problema do escoamento da produção. Mas, em 1935, a construção do ramal ferroviário ligando a Central do Brasil à Vitória-Minas abriu caminho para a construção da nova usina.

Sob a firme direção de Louis Enschedé, a implantação da moderna unidade foi uma página de autênticos pioneiros. A região era inóspita e agreste, infestada de animais bravios e febres palustres. Enquanto se construía a usina, estradas foram abertas, obras de saneamento básico foram realizadas, pontes, escolas e hospitais foram edificadas, e milhares de casas para os empregados surgiram em torno da usina. O projeto executado abrangia duas frentes: a industrial, com a construção e o funcionamento da usina, e a social, com a execução de amplo programa de assistência à população rural.

Não é fácil imaginar, embora seja forçoso reconhecer, a dimensão da presença do homenageado de hoje no empreendimento audacioso para a época em que se efetivou. Deixando de lado as atrações da civilização européia, ele, praticamente, adotou a terra que o acolhia. Embrenhou-se pelo rio voluntarioso, rompeu serras e desbravou matas, enfrentou as ameaças dos animais selvagens e o perigo das moléstias tropicais. As poucas vias de comunicação eram precárias, causando dificuldades que se acentuavam em razão da fragilidade das canoas no rio caudaloso e dos leves jipes que se arrastavam pela selva adentro. Uma verdadeira epopéia se oferecia aos olhos daquele bravo bandeirante do século XX. Afinal, a região foi conquistada, abrindo caminho para o desenvolvimento do Vale do Aço. Quando hoje se admiram ali as chaminés das usinas anunciando o progresso, ou quando se avalia a força da civilização vencendo obstáculos antes intransponíveis, é um ato de justiça reconhecer a importância da presença de Louis Enschedé no florescimento do "vale da promessa".

Por outro lado, o saudoso empresário fez da Belgo-Mineira um dos principais baluartes da economia do Estado, no incerto e tumultuado período das décadas de 30 e 40.

Personalidade marcante, obstinada vontade e indiscutível competência profissional, associadas a uma lucidez de visão dos homens que constroem o futuro, fizeram de Louis Enschedé uma figura admirada e respeitada nos conselhos do Estado. Técnico dos mais capazes, lançou as bases para a implantação da moderna siderurgia brasileira; empresário progressista, contribuiu decisivamente para a industrialização de Minas Gerais.

Luxemburguês de nascimento, seu corpo repousa em Monlevade, por sua expressa recomendação, junto à usina que foi a sua vida.

Em Montes Claros, o Grupo Belgo-Mineira tem o controle acionário da Metalúrgica Norte de Minas e, desde que assumiu esta posição, beneficiou nossa terra e região com a criação de mais empregos, instalando ali um bairro para funcionários, com infraestrutura completa, a exemplo do que fizera o Dr. Louis Enschedé em Sabará e em João Monlevade.

Nesta sessão solene, prestigiada por tão gratas personalidades, algumas delas tendo convivido com o homenageado, Minas Gerais reverencia o engenheiro competente e o empresário arguto e sério na pessoa da distinta Sra. Mariel Coutinho, sua filha, herdeira das mais nobres qualidades do ilustre homenageado. Através de seus

representantes legítimos nesta Casa Legislativa, o povo mineiro manifesta, hoje, o eterno reconhecimento a quem tanto contribuiu para o processo de industrialização do Estado e para o fortalecimento da economia mineira. Muito obrigado.

O Sr. Presidente - Com a palavra, o Dr. François Moyen, Diretor-Presidente da Companhia Belgo-Mineira.

Palavras do Sr. François Moyen

Exmos. Srs. Deputados Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa; Deputado Federal Israel Pinheiro Filho, Secretário de Transportes e Obras Públicas e representante do Governador Eduardo Azeredo; Exma. Sra. Mariel Coutinho; Exmo. Deputado Jairo Ataíde, Líder do PFL; Exmo. Dr. Pio Canedo, ex-Governador do Estado; Exmo. Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; autoridades presentes; meus colegas e amigos da Belgo-Mineira; senhoras e senhores; em nome da Belgo-Mineira - à qual se associam, nesta oportunidade, a Federação das Indústrias de Minas Gerais, a Sociedade Mineira de Engenheiros e o Grêmio Mineiro-Metalúrgico Louisensch, transmitimos aos senhores representantes do povo mineiro a palavra de reconhecimento pela comemoração do centenário do nascimento do nosso ex-Diretor-Geral, o saudoso engenheiro Louisensch. Bem compreendemos a significação do gesto desta Casa Legislativa. Ao abrir suas portas para acolher recordações que nos são tão gratas, confere uma dimensão imensamente maior a esta comemoração. Entendemos, ainda, que o Poder Legislativo, ao qual cabe representar e traduzir em gestos a vontade popular, quando toma para si a incumbência de saudar Louisensch, expressa o reconhecimento do generoso povo de Minas Gerais ao homenageado.

Somos da opinião de que existe uma certa similitude entre o povo mineiro e o luxemburguês. Regiões mediterrâneas, Minas e a terra de Louisensch trazem consigo, além das mesmas condições geográficas, características semelhantes de sentimentos, entre os quais a sinceridade e a gratidão. Vemos com sinceridade as manifestações de apreço desta Casa Legislativa. Recebam, Srs. Deputados, o nosso sincero agradecimento. Agradecemos, também, as palavras do ilustre Deputado Jairo Ataíde. Com as credenciais de sua atividade política e a responsabilidade de Líder da Bancada do PFL, S. Exa. emprestou-nos o seu prestígio para maior brilho desta sessão especial. Suas palavras alcançaram o alvo sensível de nossa gratidão. Da mesma forma, somos imensamente gratos ao Deputado Federal José Santana de Vasconcellos, cuja acuidade política e manifestação de solidariedade muito contribuíram para que as homenagens de hoje melhor traduzissem a expressa vontade do povo mineiro. Pedimos licença, Srs. Deputados, para concentrar, agora, nossas palavras de reconhecimento na pessoa do ilustre Presidente Deputado Agostinho Patrús, cujo elevado comportamento ético e cuja irrepreensível firmeza moral tanto enobrecem esta Casa Legislativa.

A trajetória de Louisensch foi muito bem definida nas palavras do Deputado Jairo Ataíde, que também focalizou a participação da Belgo-Mineira no processo de desenvolvimento econômico de Minas Gerais, a partir da década de 20. Gostaríamos, no entanto, de destacar alguns traços que marcam, de maneira definitiva, a figura de Louisensch - admirável como personalidade e líder competente. Sabemos todos que o homenageado chegou ao Brasil ainda jovem e aqui permaneceu trabalhando por toda a vida. Por que assim agiu, senhores? Porque acreditou na potencialidade econômica desta terra pródiga e acolhedora e - mais do que isso - identificou-se com o povo mineiro nas suas aspirações de progresso. Louisensch era um homem de fé. Para ele, o destino não era uma questão de sorte, mas de escolha; não era coisa de se esperar acontecer, mas de se realizar. Fez, então, de Minas e de seu potencial a sua escolha e o foco de suas realizações. E, se a Belgo-Mineira pôde atingir o patamar em que hoje se encontra, muito deve a Louisensch, que, também, soube legar às lideranças que o sucederam na empresa esse traço de escolha e de realizações. Louisensch foi um homem de visão, que, em certos momentos, chegava a beirar a premonição. Se, hoje, a realidade brasileira nos mostra um País ávido de investimentos de risco e tecnologia estrangeiros para incrementar o seu desenvolvimento, em sua época o nosso homenageado já enxergava com extrema lucidez e colocava em prática o modelo que fundia o capital e a técnica do exterior à capacidade de trabalho do engenheiro e do operário brasileiros. Tanto fez, que transformou a Belgo-Mineira em verdadeira escola para toda uma geração de siderurgistas. Louisensch, homem de fé e de visão, foi, também, um homem do trabalho. Nas fábricas, o homenageado pontificou como técnico competente e de indomável força de vontade, desenvolvendo uma jornada de êxitos profissionais desde a recuperação da pequena unidade de Sabará até a epopéia da implantação da usina de Monlevade. Na direção da Belgo-Mineira, foi o empresário arrojado e lúcido fazendo da empresa um verdadeiro patrimônio da economia estadual.

Estamos muito sensibilizados com a presença de operários, técnicos e administradores da Belgo-Mineira, assim como de pessoas que partilharam da convivência com Louisensch. Sabemos, com certeza, que nosso pronunciamento traduz a manifestação sincera de todos eles. As nossas palavras, agora, se credenciam a transmitir a manifestação expressa de reconhecimento da distinta enteada do homenageado, Sra. Mariel Coutinho, que prestigia esta reunião com sua honrosa presença. Bem sabemos que a sua

sensibilidade registrará a lembrança desta expressiva cerimônia, guardando-a para sempre, ao lado dos mais ricos troféus que, em vida, o homenageado soube depositar em seu coração feminino.

Srs. Deputados, emocionados e gratos, recolhemos esta significativa homenagem do Legislativo mineiro. Simbolicamente, esta cerimônia ficará para sempre inscrita no mármore da eterna morada do homenageado junto à usina de Monlevade. Poderíamos dizer que, se o pequeno Luxemburgo foi o berço do Dr. Louis Ensck, Minas Gerais se fez, também, o berço de seu repouso eterno, cuja reverência, agora, se renova, através deste encontro de tão saudosas evocações. A todos, muito obrigado.

Exibição de Vídeo

O Sr. Presidente - Convido os presentes a assistir ao vídeo que será exibido, a seguir, sobre a vida do homenageado.

- Assiste-se ao vídeo.

Entrega de Placa Alusiva

O Sr. Presidente - Esta Presidência tem a honra de proceder à entrega de uma placa alusiva a esta homenagem à Sra. Mariel Coutinho, filha do Dr. Louis Ensck, com os seguintes dizeres: "À família de Louis Ensck, por ocasião da passagem de seu centenário de nascimento, a homenagem da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela sua inestimável colaboração para o desenvolvimento da siderurgia mineira e fortalecimento do processo de industrialização nacional".

- O Presidente entrega a placa à Sra. Mariel Coutinho.

Palavras do Sr. Presidente

Prezado amigo e companheiro Deputado Federal Israel Pinheiro Filho, Secretário de Transportes e Obras Públicas e representante, nesta solenidade, do Governador Eduardo Azeredo; Exma. Sra. Mariel Coutinho, representante da família do homenageado; Exmos. Srs. François Moyen, Diretor-Presidente da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira; Dr. Pio Canedo, ex-Governador do Estado; Deputado Federal José Santana de Vasconcellos; prezado amigo ex-Deputado Paulino Cícero; Desembargador Hélio Costa, ex-Presidente do Tribunal de Justiça; Prof. Raul Machado Horta, Chanceler da Medalha da Inconfidência; Srs. Deputados; amigos de Louis Ensck; senhoras e senhores; há aqueles que são mineiros por terem nascido nestas terras. Há, também, aqueles que trazem do berço a mineiridade congênita. O contato com essas montanhas só faz desabrochar com mais vigor a alma sedenta por desafios e o ânimo de aço que não conhece obstáculos.

Basta mencionar um simples fato para avaliar quem foi o engenheiro siderurgista Louis Ensck, que deixou sua terra natal, Luxemburgo, para radicar-se no Município de Sabará, em Minas Gerais, no dia 10/11/27: sua missão naquela viagem, determinada pelo acionista controlador, a ARBED, era encerrar as atividades da usina da Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. Eram, então, notórios os problemas enfrentados pela empresa, fundada em dezembro de 1921, a partir da associação de capitais e empresários brasileiros e europeus. Além da baixa produção e da falta de mercado para o seu produto, havia constantes paralisações no único alto-forno da usina. Mas o jovem engenheiro, egresso de um dos mais importantes centros de estudos da Europa, então com 32 anos de idade, fez a sua própria avaliação da potencialidade econômica do País e, particularmente, de Minas Gerais. Com a personalidade própria dos homens que têm espírito de liderança e rejeitam o papel de subscrever maquinalmente os sentimentos e os pensamentos de terceiros, ele empenhou-se em convencer os dirigentes da ARBED a investir na recuperação da usina de Sabará e, mais tarde, na ampliação das atividades da empresa. Um novo estilo de administração foi adotado: regularizou-se o aproveitamento de matérias-primas, elevou-se a produção e, em pouco tempo, conseguiu-se colocar nos mercados consumidores todo o ferro-gusa produzido. A siderurgia a carvão vegetal foi ampliada. Esse esforço possibilitou à Belgo-Mineira produzir, pioneiramente, no território mineiro, aço destinado à construção civil e à indústria de serralheria.

Queremos fixar-nos nesse episódio, porque é ele o ponto inaugural de tudo o que iria ocorrer nas décadas supervenientes. A fulgurante trajetória da siderúrgica até consolidar-se como uma empresa importante em Minas, no Brasil e no mundo inteiro já é bem conhecida. Queremos, entretanto, destacar seu papel no conjunto da economia mineira, como uma das responsáveis pelo desempenho hoje reconhecido como um dos melhores do Brasil. O sonho do engenheiro luxemburguês Louis Ensck transformou-se, com o passar do tempo, num conglomerado de 30 empresas, capitaneadas pela Belgo-Mineira. Com atuação multissetorial, esse conglomerado se classifica entre os dez maiores grupos privados brasileiros e gera 14 mil empregos diretos, a maioria no território de Minas Gerais.

Espírito empreendedor, de mentalidade progressista e personalidade decidida, o engenheiro, cujo centenário de nascimento transcorre neste dia 25 de junho, escreveu, com a sua decisão de dar seqüência às atividades da empresa de que fazia parte, ao invés de fechá-la, um capítulo rico em ensinamentos. A civilização apressada deste fim de século não cultiva os valores da prudência e da sabedoria que assinalavam, com freqüência, o comportamento daqueles que, no passado, tinham a responsabilidade da

liderança. Nos dias atuais, a crescente complexidade da vida econômica, política e social e a vertiginosa velocidade dos acontecimentos, acelerada pela comunicação instantânea, levando à pressão pela celeridade das decisões, nem sempre conduzem às melhores opções. Existe uma atitude de impaciência que impede o pleno amadurecimento de idéias e de experiências, às vezes, suprimidas antes mesmo de poderem, pelo transcurso do tempo, apresentar resultados. Ninguém ignora que desfazer é muito mais fácil do que fazer, que desconstruir é uma tarefa incomparavelmente mais simples do que construir.

O siderurgista Louis Ensich compreendeu, há várias décadas, que uma simples mudança de critérios poderia transformar uma empresa deficitária num gigante da indústria siderúrgica. Ao fazê-lo, ele não mudou apenas o futuro de uma organização, mas também reescreveu o seu destino e o de dezenas de milhares de pessoas que almejavam engajar-se numa missão maior do que elas mesmas. Que belo exemplo de tino empreendedor pautado pela responsabilidade social do empresário. Que belo exemplo a ser seguido, especialmente neste momento, em que o País empreende o esforço de uma arrancada para o desenvolvimento.

Com essas palavras, a Presidência se associa a esta homenagem. Muito obrigado.

Pedimos permissão para informar aos convidados que será oferecido um coquetel no saguão da Assembléia Legislativa, no andar térreo.

Reabertura dos Trabalhos Ordinários

O Sr. Presidente - Estão reabertos os trabalhos ordinários.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Esgotada a hora destinada a esta parte e não havendo oradores inscritos para o Grande Expediente, a Presidência encerra a reunião e convoca os Deputados para a ordinária deliberativa de amanhã, dia 27, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada pelo Sr. Presidente é a publicada na edição anterior.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA, EM 20 DE JUNHO DE 1995, DESTINADA A HOMENAGEAR O CENTRO DE CRONISTAS POLÍTICOS E PARLAMENTARES DE MINAS GERAIS - CEPO -, PELA POSSE DE SUA NOVA DIRETORIA

Presidência dos Deputados Agostinho Patrús e Wanderley Ávila

SUMÁRIO: ABERTURA - Ata - Destinação da reunião - Nomeação de comissão - Composição da Mesa - Execução do Hino Nacional - Palavras dos Presidentes da Assembléia e do CEPO - Leitura e assinatura do termo de posse - Declaração de posse - Palavras do Presidente empossado do CEPO - Palavras do Sr. Governador - Agradecimentos - **ENCERRAMENTO.**

ABERTURA

- Às 20h15min, comparecem os Deputados:

Agostinho Patrús - Wanderley Ávila - Sebastião Navarro Vieira - Paulo Pettersen - Rêmoló Aloise - Maria José Haueisen - Ibrahim Jacob - Ermano Batista - Aílton Vilela - Ajalmar Silva - Alberto Pinto Coelho - Alencar da Silveira Júnior - Almir Cardoso - Álvaro Antônio - Anderson Adauto - Anivaldo Coelho - Antônio Andrade - Antônio Genaro - Antônio Roberto - Arnaldo Canarinho - Arnaldo Penna - Bilac Pinto - Bonifácio Mourão - Carlos Murta - Carlos Pimenta - Dílzon Melo - Dimas Rodrigues - Dinis Pinheiro - Djalma Diniz - Durval Ângelo - Elbe Brandão - Francisco Ramalho - Geraldo Nascimento - Geraldo Rezende - Gil Pereira - Gilmar Machado - Glycon Terra Pinto - Hely Tarquínio - Irani Barbosa - Ivair Nogueira - Ivo José - Jairo Ataíde - João Batista de Oliveira - Jorge Hannas - José Bonifácio - José Braga - José Henrique - José Maria Barros - Kemil Kumaira - Leonídio Bouças - Luiz Antônio Zanto - Marcelo Cecé - Marcelo Gonçalves - Marco Régis - Marcos Helênio - Maria Olívia - Mauri Torres - Olinto Godinho - Paulo Piau - Paulo Schettino - Péricles Ferreira - Raul Lima Neto - Romeu Queiroz - Ronaldo Vasconcellos - Sebastião Costa - Sebastião Helvécio - Toninho Zeitune - Wilson Trópia.

O Sr. Presidente (Deputado Wanderley Ávila) - Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, a Sra. 2ª-Secretária, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- A Deputada Maria José Haueisen, 2ª-Secretária, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O Sr. Presidente - Destina-se esta reunião a prestar homenagem ao Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - CEPO -, pela posse de sua diretoria, eleita para o biênio 1995/1996.

Nomeação de Comissão

O Sr. Presidente (Deputado Agostinho Patrús) - A Presidência nomeia os ex-Presidentes do CEPO presentes e os Deputados Maria Olívia, Sebastião Helvécio e Ajalmar Silva para, em comissão, introduzirem no recinto do Plenário as autoridades e demais convidados que se encontram no Salão Nobre.

Composição da Mesa

O Sr. Presidente - Convido a tomar assento à mesa os Exmos. Srs. Eduardo Azeredo, Governador do Estado; Hélio Garcia, ex-Governador do Estado; Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado; jornalista João Bosco Martins Salles, Presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares do Estado de Minas Gerais - CEPO -; jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel, Presidente eleito do CEPO; jornalista Acyr Antão, 1º-Secretário eleito do CEPO; Senador Francelino Pereira; Patrús Ananias, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador João Paulo Gomes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Castelar Guimarães Filho, Procurador-Geral de Justiça.

Execução do Hino Nacional

O Sr. Presidente - Convido os presentes para ouvirem, de pé, a execução do Hino Nacional Brasileiro, pela Banda de Música da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Sr. Presidente

Sr. Governador, Srs. Secretários de Estado, Srs. Deputados, senhores jornalistas membros da Diretoria do CEPO no biênio 1994/1995, presidida pelo prezado João Bosco Martins Salles; senhores jornalistas que tomam posse hoje na Diretoria eleita para o biênio 1995/1996, sob a Presidência do caro Sebastião Maciel; senhoras, senhores; caros convidados.

A solenidade de posse da diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - o tradicional CEPO - já se insere na agenda dos grandes acontecimentos políticos de nosso Estado. Tem sido também um acontecimento político nacional, porque todo fato político mineiro tem dimensão de Brasil.

É natural, portanto, que neste dia as atenções políticas, de forma suprapartidária, ampla e irrestritamente, se concentrem neste ato solene, no Plenário desta Casa, porque é precisamente aqui, sobretudo aqui que os jornalistas políticos vão escrevendo, nas páginas diárias dos jornais, a história de nosso tempo. Principalmente porque para o parlamento convergem não apenas os fatos político-partidários, mas todas as grandes questões e temas que estão na ordem do dia, abarcando todos os aspectos da vida social. Assim, o jornalista, além de investigar a informação, também faz da notícia uma peça da história - a história viva que cada geração vai construindo e que, no curso do tempo, vai formando os capítulos da longa história que cada sociedade forja com sua inteligência, com seu trabalho, com sua própria herança. Por isso, sempre que saudamos uma nova diretoria do CEPO, lançamos um olhar retrospectivo, homenageando aqueles primeiros dirigentes da entidade - a maioria deles em plena e vitoriosa atividade jornalística, como aqueles que integram o Conselho Especial do CEPO -, que honram, com seus nomes e seu exemplo profissional, a imprensa de Minas e do País.

Não seria nenhum exagero dizer - e os homens públicos de Minas têm plena consciência desse fato - que os membros do Conselho Especial do CEPO podem ser integrantes de um autêntico conselho de Estado, tais são a lucidez, a experiência e a profunda visão que possuem sobre a realidade política, social e econômica de Minas Gerais. Historiadores do cotidiano, os membros do CEPO souberam valorizar nossa instituição parlamentar nos anos álgidos do período de exceção, com a dignidade própria daqueles que têm um compromisso primeiro e irrenunciável com a liberdade política, alicerce que garante e sustenta a liberdade de expressão, que é, por sua vez, a própria razão de ser e o exercício precípuo da imprensa, em todas as épocas e em todas as partes do mundo. Sob esse aspecto, com total independência de ação, parlamento e imprensa formam uma aliança indivisível. A história está toda pontilhada de exemplos dessa aliança, que, muitas vezes vencida, sempre soube reunir forças para depois superar a censura ou a repressão.

Um elevado e inesquecível episódio que demonstra o valor dessa aliança - já consagrado nas páginas mais luminosas da história - encontramos no curso da Revolução Francesa, quando a atividade político-parlamentar se confundia com a própria história do jornalismo, na propagação do ideário republicano. Naquele mesmo instante histórico, e não por coincidência, a Conjuração Mineira reunia políticos e jornalistas no primeiro grande ensaio da independência nacional. E, um século depois, a república brasileira iria nascer também sob o signo dessa mesma aliança, em que difícil era distinguir em qual trincheira de luta estava o jornalista ou o parlamentar, porque quem discursava à tarde na tribuna já havia escrito o artigo ou o editorial da manhã seguinte.

Gira o mundo e gira a história para, quase cem anos depois, também aqui no Brasil, nos grandes movimentos cívicos da década passada, parlamento e imprensa convergirem, novamente, em sintonia fina, para reconquistar e restaurar as liberdades políticas entre nós. Essa aliança, na verdade, se materializa sempre porque ambas as instituições - a imprensa e o parlamento - só existem de fato e de direito quando podem respirar livremente o oxigênio das idéias, no livre curso dos debates e das discussões que encaminham as soluções dos problemas e dos conflitos inerentes a toda sociedade.

Voltando ao nosso espaço e ao nosso tempo, no convívio diário entre os parlamentares mineiros e os jornalistas do CEPO, confirmamos a realidade dessa aliança, que não dispensa a crítica, que não repele a divergência, que não exclui a diferença. Porque a crítica, a divergência e a diferença são matérias-primas do campo político e do exercício jornalístico, uma vez que diversa e plural é a realidade social com a qual convivemos.

Posso anunciar hoje que é nosso propósito estabelecer com o CEPO uma ação cooperativa ainda mais próxima e sempre produtiva, em nível estritamente institucional, como deve ser todo projeto voltado para o interesse comum, situado acima e além da simples visão corporativista ou de grupos.

As forças políticas responsáveis de nosso Estado têm o dever de construir uma aliança ou um projeto que transcenda os interesses pessoais ou as visões de curto prazo, porque, como tem enfatizado o Governador Eduardo Azeredo, inclusive em sua lúcida entrevista publicada no último fim de semana, Minas Gerais é o Estado de melhor potencial do País e aquele que mais deve crescer na próxima década, avaliação que tem, por sinal, o respaldo do Ministro do Planejamento, José Serra, que possui inegável conhecimento técnico da realidade brasileira. É hora, portanto, de pensar grande, do presente para o futuro, porque o desenvolvimento é o único caminho que devemos trilhar para dar resposta positiva aos graves problemas sociais que nos afligem.

Para viver esse novo tempo, o CEPO - posso dizê-lo com a confiança de quem dá um testemunho - está em ótimas mãos, do Presidente ao suplente da Diretoria, do Conselho Fiscal ao Conselho Especial, que já mencionamos, do qual agora faz parte essa figura humana que dispensa o adjetivo de qualquer elogio: João Bosco Martins Salles. João Bosco hoje passa a batuta da presidência do CEPO a esse jovem jornalista, Sebastião Ricardo Horta Maciel, um autêntico especialista do xadrez político, com sua profunda capacidade de analisar os fatos do dia-a-dia e projetá-los em seus desdobramentos futuros.

Senhoras, Senhores, se, pessoalmente, sinto uma grande honra em exercer a vida pública fazendo seu aprendizado nesta grande escola política que é Minas, assimilando as lições de seus grandes mestres, entre os quais incluo o Dr. Hélio de Carvalho Garcia, também confesso minha admiração e orgulho pelo jornalismo político que se pratica em Minas Gerais. Especialmente porque compartilho o pensamento de um grande autor contemporâneo, quando afirma: "Entendemos que a função da alta imprensa deve ser mais que a de censor implacável - a de conselheiro ideal. Por isso, o jornalismo há de ser exercido com a consciência plena da responsabilidade que implica responder à confiança que lhe outorga o público leitor". Em Minas Gerais tem sido assim.

O CEPO simboliza essa consciência e essa responsabilidade!

Palavras do Presidente do CEPO

O locutor - Com a palavra, o Presidente do CEPO, Jornalista João Bosco Martins Salles.

O Jornalista João Bosco Martins Salles - Exmos. Srs. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa; Eduardo Azeredo, Governador do Estado; Hélio Garcia, ex-Governador do Estado; Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado; jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel, Presidente eleito do CEPO; jornalista Acyr Antão, 1º-Secretário eleito do CEPO; Senador Francelino Pereira; Patrus Ananias, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador João Paulo Gomes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Dr. Castellar Guimarães Filho, Procurador-Geral de Justiça; demais autoridades aqui presentes, senhoras e senhores.

Há pouco mais de dois anos, quando tomava posse na Presidência do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais, nesta mesma tribuna, cometi uma omissão. Na abertura do meu discurso, citava a seguinte frase: "O jornalismo é a última profissão romântica do mundo", mas não revelei o nome do autor da frase, o meu amigo e Diretor Roberto Elísio de Castro Silva, que hoje contesta de forma veemente o "slogan" cunhado pelo ex-Governador Magalhães Pinto: "Minas trabalha em silêncio."

Sr. Governador Eduardo Azeredo, Sr. Presidente da Assembléia, Deputado Agostinho Patrús, senhores parlamentares, companheiros de imprensa e demais autoridades aqui presentes. Roberto Elísio tem toda a razão. Minas Gerais não pode comportar-se como o avestruz e enfiar a cabeça debaixo da terra. Estamos ocupando a posição que nos é de direito no cenário nacional. Somos o segundo PIB do Brasil, além de termos a economia que mais cresce no País. Temos todas as condições para consolidar a nossa economia de forma definitiva. A bancada federal mineira no Congresso é a mais unida.

Minas tem de mostrar de forma clara e inequívoca que não cederá sequer um milímetro no seu direito de participar das decisões nacionais. E isso já vem acontecendo com a atuação do Governo Estadual e de nossas lideranças políticas, além da imprensa de nosso Estado. Mas não podemos esmorecer, não podemos nos acomodar, não podemos deitar em berço esplêndido. Temos de ficar na eterna vigilância para que possamos crescer cada dia mais.

Finalizando, quero agradecer aos nobres Deputados Estaduais pela cessão desta Casa

para a transmissão do cargo de Presidente do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais ao amigo e colega de trabalho, Sebastião Maciel, e desejar-lhe êxito nessa nova empreitada. Quero agradecer também aos companheiros jornalistas e a todos os demais aqui presentes. Muito obrigado.

Leitura e Assinatura do Termo de Posse

O locutor - Com a palavra, o 1º-Secretário do CEPO, jornalista Acyr Antão, que procederá à leitura do termo de posse e convidará a diretoria eleita e o conselho fiscal do CEPO para assinarem o termo de posse.

O jornalista Acyr Antão - (-Lê:)

"Termo de Posse

Aos 20 dias do mês de junho, ano de 1995, em sessão solene realizada no Plenário Juscelino Kubitschek de Oliveira, da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, sob a Presidência do Sr. Governador Eduardo Azeredo, na presença de autoridades, jornalistas e representantes de todos os segmentos da vida política, social e econômica do Estado de Minas Gerais, foi empossada a diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais, eleita no dia 27/4/95, para o biênio 1995/1996, assim constituída: Presidente, Sebastião Ricardo Horta Maciel; Vice-Presidente, Flávio de Castro Penna; 1º-Secretário, Acyr Antão; 2º-Secretário, Luiz Gonzaga de Castro Silva Filho; Tesoureira, Suely Cotta de Oliveira; suplente, Roberto Mello Maia; suplente, José Alves Cerqueira S. Lima. Conselho Fiscal: Lúcio Braga Guimarães, Hudson Brandão e Maurício Campos Wanderley Reis. Conselho Especial: Antônio de Pádua Bandeira de Melo, Ariosto da Silveira, Francisco Stelling Neto, Jadir Barroso dos Santos, José Geraldo Bandeira de Melo, Leonardo Fulgêncio, Manoel Fagundes Murta, Marton Víctor dos Santos, Roberto Elísio de Castro Silva e João Bosco Martins Salles".

Para assinar o termo de posse, convidamos o Presidente, jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel; o Vice-Presidente, jornalista Flávio de Castro Penna; o 1º-Secretário, jornalista Acyr Antão; o 2º-Secretário, jornalista Luiz Gonzaga de Castro Silva Filho; a Tesoureira, jornalista Suely Cotta de Oliveira; o suplente, jornalista Roberto Mello Maia; o suplente, jornalista José Alves Cerqueira S. Lima; os conselheiros fiscais, jornalistas Lúcio Braga Guimarães, Maurício Campos Wanderley Reis e Hudson Brandão.

- Procede-se à assinatura do termo de posse.

Declaração de Posse

O Sr. Governador - Declaro empossada a nova diretoria do Centro de Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais - CEPO.

Palavras do Presidente Empossado do CEPO

O locutor - Ouviremos agora o Presidente empossado do CEPO, o jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel.

O jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel - Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Dr. Eduardo Azeredo, Governador do Estado; Exmo. Sr. Dr. Hélio Garcia, ex-Governador do Estado; Exmo. Sr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado; Exmo. Sr. jornalista João Bosco Martins Salles, ex-Presidente do CEPO; Exmo. Sr. jornalista Acyr Antão, 1º-Secretário eleito do CEPO; Exmo. Sr. Senador Francelino Pereira; Exmo. Sr. Dr. Patrus Ananias, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Vereador João Paulo Gomes da Silva, Presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; Exmo. Sr. Dr. Castellar Guimarães Filho, Procurador-Geral de Justiça; meus companheiros do CEPO, senhores jornalistas, meus familiares, senhoras e senhores.

O Centro dos Cronistas Políticos e Parlamentares de Minas Gerais, o CEPO, nasceu da convicção de seus pioneiros quanto à necessidade de promover o estreitamento das relações entre a imprensa mineira e os Poderes Legislativo e Executivo. Era uma época de dificuldades. A liberdade, principalmente a de expressão, não existia. É um tempo que já passou, mas deixou raízes e lições que não podemos esquecer.

Minas teve um papel preponderante no processo de redemocratização. A união política mineira voltou a mudar a história do Brasil. Lançou as sementes da liberdade e elas frutificaram. Junto com esse processo, o CEPO amadureceu. É hoje uma entidade reconhecida, respeitada e agrupa os profissionais da imprensa que foram testemunhas da luta pela democracia. Ainda hoje, nossa preocupação primeira continua sendo a de participar e contribuir, sempre de forma efetiva e saudável, para o aperfeiçoamento do processo democrático em nosso Estado, em nosso País. São esses os princípios que nortearam a criação do CEPO, alimentaram a sua existência e hoje lançam as bases de seu futuro.

Acreditamos que, ao longo de todos esses anos, certamente cometemos erros, aprendemos com eles e também conquistamos avanços. Vivemos a era da informação, da cibernética, das transformações tecnológicas. O mundo muda a cada dia, e, a cada dia, as mudanças são mais velozes. O profissional de imprensa é hoje o historiador de amanhã. O compromisso com a verdade, se já era fundamental, agora é essencial. Dessa certeza deriva nossa convicção de defesa do pluralismo político como condição

essencial para a existência da liberdade de expressão. A consciência desse postulado traduz o verdadeiro sentido do papel da imprensa e de seus profissionais, pois no equilíbrio político da informação está o próprio fundamento democrático. Do contrário, continuaríamos a ficar reféns da informação de proveta, da versão como fonte a apostar na utopia do fato social estático e imparcial.

O exercício da democracia, que é, por excelência, a convivência dos contrários, evidenciou nossas limitações. E é nesse sentido que parcela preponderante de nossa sociedade nos aponta um único caminho: o de uma imprensa não necessariamente imparcial, isenta e neutra, mas sim uma instituição socialmente útil e politicamente equilibrada, ativa, uma imprensa obrigatoriamente próxima de sua gente e de seus problemas.

As mudanças sociais, políticas e econômicas, conjugadas ao avanço veloz da tecnologia e, particularmente, da informação democrática, nos induz a mudanças, à formação de novos padrões e de novas expectativas profissionais.

É em consonância com a história e em respeito a essas mudanças que nossa proposta é a de um novo CEPO. Uma entidade cada vez mais participativa, mais organizada e aberta a todos os profissionais do setor. Uma entidade ávida por novas discussões e debates, pela reciclagem profissional, disposta a abrir espaço para as novas lideranças, as novas idéias, novas opções, e a corrigir eventuais carências, sinalizando sempre para a construção de um projeto sério, de parceria e respeito. É o que deseja a diretoria que hoje assume, dando, assim, continuidade aos trabalhos da diretoria anterior, capitaneada que foi pelo companheiro e amigo João Bosco Martins Salles. Muito obrigado.

Palavras do Sr. Governador

O locutor - Ouviremos agora a mensagem de S. Exa. o Sr. Governador do Estado de Minas Gerais, Dr. Eduardo Azeredo.

O Sr. Governador - Exmo. Sr. Deputado Agostinho Patrús, Presidente da Assembléia Legislativa; Exmo. Sr. Dr. Hélio Garcia, ex-Governador do Estado; Dr. Walfrido dos Mares Guia, Vice-Governador do Estado; Senador Francelino Pereira; Dr. Patrus Ananias, Prefeito Municipal de Belo Horizonte; Vereador João Paulo Gomes da Silva, Presidente da Câmara Municipal; Dr. Castellar Guimarães Filho, Procurador-Geral de Justiça; jornalista Sebastião Ricardo Horta Maciel, Presidente do CEPO; jornalista Acyr Antão, 1º-Secretário do CEPO; jornalista João Bosco Martins Salles, ex-Presidente do CEPO; senhores e senhoras membros da Diretoria, do Conselho Fiscal e do Conselho Especial do CEPO, senhoras e senhores.

Sempre imagino que o nosso trabalho é muito parecido, o trabalho da imprensa e o trabalho do homem público, pois ambos deparamos com uma sociedade cada vez mais inquieta, às vezes tensa, multicultural e impetuosa no reivindicar, no discordar e até no admitir e no aplaudir.

A sociedade está-se tornando mais apressada e questionadora, à medida que vai ficando mais informada, o que é positivo. Ser informado é ser livre. Essa nova sociedade, que se descortina no Brasil e em Minas, é a sociedade da tecnologia, da industrialização, da urbanização e da informação. Ela desenvolve novas e complexas modalidades de questionamento e de indagação, o que obriga os comunicadores e a mídia a filtrarem e a selecionarem, muitas vezes com dificuldade, os aspectos mais importantes, mais intrigantes e mais criativos, no comportamento das pessoas e no conjunto da sociedade.

O político e o administrador público, da mesma forma, são pressionados a agir deste ou daquele modo, conforme vão oscilando as reivindicações e as aspirações coletivas. Nós também temos de selecionar prioridades e balancear, adequadamente, o que estamos em condições de atender a tempo e a hora. Primeiro fazemos o que nos parece mais importante, e é nesse momento que nosso trabalho se assemelha ao dos jornalistas, pois sabemos que, na realidade, tudo é importante.

Insisto, sim, num ponto: se é difícil para a mídia filtrar tantas informações, é igualmente problemático para o governante priorizar tantas reivindicações. Sempre seremos forçados, por mais difícil que seja compreender os nossos motivos, a negar o impossível para, aí sim, tentar tornar possível o que é desejável.

Bem, outra questão que temos de encarar diz respeito às conseqüências políticas que a persistente e impaciente mudança dos níveis de aspiração social, coletiva, vai desdobrando, incessantemente. Uma delas se relaciona com o verdadeiro rompimento com o passado, que o processo costuma desencadear. Nós deixamos de ser, muito rapidamente, uma sociedade tradicional, ajustada à economia delimitada ou de subsistência, para nos tornarmos uma sociedade de massas, uma sociedade não apática, mas veloz, impaciente e questionadora. Uma sociedade aberta, não ilhada, uma sociedade de inter-relações efetivas e não de expectativas utópicas, uma sociedade de competição em vez de uma sociedade de acomodação. Uma sociedade que, política, econômica e institucionalmente, exige a implantação das reformas em pauta no Congresso Nacional, as quais irão modernizar o Estado, para que ele possa ser mais eficiente para todos e não apenas para alguns.

A mudança foi tão rápida e tão completa que o passado parece ter ficado esquecido, mas não é bem assim. Precisamos interpretar corretamente as situações para reconhecer que o homem raramente consegue se desgarrar totalmente do passado, da sua história e das suas tradições. Não quero que pensem que sejamos favoráveis a que o passado ou as tradições nos conduzam durante todo o tempo. Não podemos nos escravizar ao passado, ou sentir medo na hora de pensar no futuro. Não deve ser assim. Até porque, é preciso diferenciar a tradição do tradicionalismo. Tradição não é obsessão com o passado morto, mas compromisso com a cultura transformadora.

Vamos a um exemplo muito importante: é da tradição não desta ou daquela geração, mas de todas elas, criar e preservar bens comuns, crenças comuns, valores e compromissos coletivos. Mas é claro que mudanças radicais de comportamento pessoal e coletivo, como as que vêm acontecendo, por vezes dificultam, embaraçam e, até, impedem a exata compreensão do que sejam os valores e bens comuns, o que torna imperativo redefinir esse verdadeiro projeto político, o da reidentificação da vontade coletiva, para sabermos onde está ela, qual é e qual deve ser.

A imprensa tem importante e, até, decisiva contribuição a oferecer para clarear novamente o verdadeiro significado da vontade social, cabendo aos políticos, aos governantes, se repositonarem com o objetivo de formar a opinião pública, recriar crenças e revitalizar valores e bens comuns.

No nosso caso, no caso de Minas, tradição é referência importante para viver e conviver melhor. E muito me agrada reconhecer que a nossa gente está conseguindo, com a sabedoria de sempre, dosar o passado e o futuro, para viver o presente de uma forma muito proveitosa e realista. Mineiros, nós sabemos, sempre soubemos, recorrer à audácia sem eliminar a prudência e progredir sem destroçar a ordem.

Desejo que a nova diretoria do CEPO tenha êxito e continue a praticar o jornalismo responsável, da informação segura e da análise criteriosa. Bem sei que as mudanças sociais de que falei há pouco estão, cada vez mais, estimulando e legitimando o jornalismo da análise e da especulação, muito útil e válido para interpretarmos os novos comportamentos e as novas realidades e que, certamente, irá ajudar-nos a tomar decisões políticas mais apropriadas, no âmbito do setor público.

Minas está mudando e continuará a mudar. Haveremos de transformar e aperfeiçoar, em todos os sentidos, as instituições sociais, políticas e econômicas, sem enterrarmos o nosso passado e sem sentirmos temor algum diante do futuro. Muito menos, confundiremos tradição e tradicionalismo.

Prezado Sebastião Maciel, faço votos pessoais de que o senhor tenha muito sucesso à frente do CEPO, na companhia dos jornalistas que compõem a nova diretoria. Meus parabéns e muito obrigado a todos.

Agradecimentos

O locutor - A diretoria do CEPO agradece a presença do Exmo. Sr. Governador do Estado, Sr. Eduardo Azeredo, das demais autoridades e convidados e comunica que receberá os cumprimentos no Salão Nobre desta Casa.

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente - Cumprido o objetivo da convocação, esta Presidência encerra a reunião, convocando os Deputados para a especial de amanhã, dia 21, às 9 horas, e para a extraordinária da mesma data, às 20 horas, nos termos dos editais de convocação; e para a ordinária deliberativa, também de amanhã, às 14 horas, com a ordem do dia já anunciada. Levanta-se a reunião.

ATA DA 12ª REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos do dia sete de dezembro de mil novecentos e noventa e três, comparecem na Sala das Comissões os Deputados João Marques, Geraldo Rezende, José Leandro (substituindo este ao Deputado Ermano Batista, por indicação da Liderança do PL), Romeu Queiroz (substituindo o Deputado Álvaro Antônio, por indicação da Liderança do PRS), e Jorge Hannas (substituindo o Deputado

Sebastião Costa, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão de Administração Pública; Célio de Oliveira, Roberto Amaral, Baldonado Napoleão, Wilson Pires, Romeu Queiroz (substituindo estes, respectivamente, aos Deputados João Marques e José Renato, por indicação da Liderança do BRD) e Jorge Hannas (substituindo o Deputado Jaime Martins, por indicação da Liderança do PFL), membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Encontram-se presentes, ainda, os Deputados Eduardo Brás e Jorge Eduardo. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio de Oliveira, declara abertos os trabalhos e solicita ao Deputado Geraldo Rezende que proceda à leitura da ata da reunião anterior que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A Presidência esclarece que a reunião se destina a apreciar os Pareceres para 1º Turno do Projeto de Lei nº 1.618/93, de autoria do Governador do Estado, que cria o Fundo de Incentivo à Industrialização - FIND - e dá outras providências. O Presidente redistribui o projeto ao Deputado Geraldo Rezende, relator pela Comissão de Administração Pública, em vista da ausência do relator anteriormente designado, e designa o Deputado Roberto Amaral como relator pela Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária. Com a palavra, o Deputado Geraldo Rezende emite seu parecer, no qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é aprovado o parecer. Com a palavra, o Deputado Roberto Amaral emite seu parecer, no qual conclui pela aprovação da matéria com as Emendas nºs 1 e 2 da Comissão de Constituição e Justiça. Na fase de discussão, foram apresentadas pelo Deputado Romeu Queiroz as Propostas de Emenda nºs 1 e 2, que dispõem sobre a destinação de novos investimentos ao vale do Jequitinhonha. Com a palavra, o Deputado Wilson Pires solicita a inclusão, nas propostas de emenda, do vale do Mucuri e de parte do vale São Mateus. O Deputado Romeu Queiroz aceita as sugestões apresentadas pelo Deputado Wilson Pires e modifica as propostas de emenda. A Presidência coloca em votação o parecer do relator, salvo propostas de emenda, o qual é aprovado. Submetidas a votação, cada uma por sua vez, são as propostas de emenda aprovadas. O Presidente suspende a reunião por 10 minutos, para que o relator, Deputado Roberto Amaral, elabore nova redação do parecer. Reabertos os trabalhos e cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, determina a lavratura da ata e encerra a reunião.

Sala das Comissões, 29 de dezembro de 1993.

Bonifácio Mourão, Presidente - José Renato - Dílzon Melo - Baldonado Napoleão - Roberto Amaral - Célio de Oliveira - José Leandro.

ATA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia vinte e um de junho de mil novecentos e noventa e cinco, comparecem na Sala das Comissões os Deputados José Henrique, Dimas Rodrigues, Leonídio Bouças (substituindo este ao Deputado Sebastião Costa, conforme indicação da Liderança do PFL), Dílzon Melo, José Maria Barros e João Batista de Oliveira, membros da Comissão, bem como os Deputados Anderson Adauto, Ajalmar Silva e Elbe Brandão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado José Henrique, declara aberta a reunião e solicita ao Deputado Dimas Rodrigues que proceda à leitura da ata da reunião anterior, que, lida e aprovada, é subscrita pelos membros presentes. A seguir, a Presidência lê ofício do Sr. Francisco Carlos Bouzada, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga, encaminhando cópia de requerimento aprovado por essa Casa, manifestando apoio à anexação dos Distritos de Cordeiro de Minas e de São Cândido, pertencentes ao Município de Caratinga, ao Município de Ipatinga; e ofício do Prefeito Municipal de Ouro Preto, manifestando-se contrariamente à emancipação do Distrito de Cachoeira do Campo, no Município de Ouro Preto. Esgotada a matéria destinada à 1ª parte da reunião, a Presidência passa à 1ª fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposição da Comissão. Em seguida, é colocado em votação e aprovado por unanimidade requerimento do Deputado Ivo José, solicitando sejam convidados representantes das entidades a seguir relacionadas para prestarem esclarecimentos sobre o Projeto de Lei Complementar nº 2/95, que cria a Região Metropolitana do Vale do Aço: Presidentes da AMBEL e da AMVA, representantes da SEPLAN, da UFMG e da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Neste momento, o Deputado José Henrique passa a Presidência ao Deputado Dimas Rodrigues e apresenta requerimento solicitando seja fixada a data e o horário de 27/6/95, até as 18 horas, como prazo limite para complementação da documentação dos processos de emancipação, exceto os em diligência, que se encontram em análise nesta Comissão, e requer também que a secretaria da Comissão dê ciência dessa decisão aos autores dos requerimentos que iniciaram os processos acima referidos. Colocado em votação, é o requerimento aprovado por unanimidade. O Deputado Dimas Rodrigues retorna a direção dos trabalhos ao Deputado José Henrique. A seguir, a Presidência informa que a finalidade da reunião é apreciar a matéria constante na pauta. Dando prosseguimento, são lidos, discutidos e aprovados por unanimidade, cada um por sua vez, os pareceres sobre os seguintes processos de emancipação, bem como os respectivos requerimentos a serem encaminhados ao Presidente da Assembléia com a

solicitação de encaminhamento de ofício ao TRE-MG para que proceda a consulta plebiscitária nos distritos emancipandos, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 1995: do Deputado Dílzon Melo, pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação nºs 138/95, do Deputado Ajalmar Silva, referente ao Distrito de Santa Cruz de Minas, no Município de Tiradentes (durante a fase de discussão desse parecer, o Deputado Ajalmar Silva tece considerações conforme consta nas notas taquigráficas); e 175/95, do Deputado Kemil Kumaira, referente aos Distritos de Ponto do Marambaia e de Maranhão, no Município de Caraiá; do Deputado João Batista de Oliveira, parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 150/95, referente ao Distrito de Pedra Menina, no Município de Rio Vermelho; do Deputado José Maria Barros, pareceres sobre os Requerimentos de Emancipação nºs 168/95, do Deputado Ermano Batista, referente ao Distrito de Queixada, no Município de Novo Cruzeiro; e 151/95, do Deputado Ermano Batista, referente ao Distrito de Estevão de Araújo, no Município de Araçonga; do Deputado Ivair Nogueira, parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 156/95, da Deputada Elbe Brandão, referente aos Distritos de Quem-Quem e Barreiro da Raiz, no Município de Janaúba; do Deputado José Henrique, parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 178/95, do Deputado Simão Pedro Toledo, referente aos Distritos de Crisólia e de São José do Mato Dentro. A seguir, o Deputado José Henrique passa a Presidência ao Deputado Dimas Rodrigues, para que possa ser apreciado requerimento de emancipação de sua autoria. Dando prosseguimento, é lido, discutido e aprovado por unanimidade o parecer sobre o seguinte processo de emancipação, bem como o respectivo requerimento a ser encaminhado ao Presidente da Assembléia com a solicitação de encaminhamento de ofício ao TRE-MG para que proceda a consulta plebiscitária no distrito emancipando, nos termos do inciso III do art. 7º da Lei Complementar nº 37, de 1995: do Deputado Ivair Nogueira, parecer sobre o Requerimento de Emancipação nº 156/95, do Deputado José Henrique, referente ao Distrito de Taparuba, no Município de Ipanema. A seguir, o Deputado Ivair Nogueira apresenta parecer concluindo pelo arquivamento do processo de emancipação do Distrito de Cachoeira do Campo, encaminhado pelo Requerimento de Emancipação nº 157/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos. Durante a fase de discussão, fazem uso da palavra os Deputados João Batista de Oliveira e Ivair Nogueira. Colocado em votação, é o parecer aprovado por unanimidade. Nos termos do art. 7º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 37, de 1995, a Presidência determina o arquivamento do referido processo. Esgotada a matéria da 1ª fase da Ordem do Dia, a Presidência passa à 2ª fase, compreendendo a discussão e votação de matéria de deliberação conclusiva da Comissão. A Presidência faz a leitura do Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 130/95, do Deputado Bonifácio Mourão, que declara de utilidade pública a Associação dos Municípios da Microrregião da Bacia do Rio Suaçuí - AMBAS -, com sede no Município de Guanhães. Colocado em discussão e votação, é o projeto de lei aprovado por unanimidade. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece o comparecimento dos Deputados, convoca os membros da Comissão para a extraordinária de amanhã, dia 22/6/95, às 10 horas, na Sala das Comissões, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de junho de 1995.

José Henrique, Presidente - Dílzon Melo - João Batista de Oliveira - Dimas Rodrigues - Carlos Murta - Sebastião Costa - Ivair Nogueira.

ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA, A REALIZAR-SE EM 28/6/95

1ª Parte (Pequeno Expediente)
(das 14 às 15 horas)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência. Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15 às 16 horas)

Discussão e votação de pareceres e votação de requerimentos.
Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 117/95, do Deputado Wanderley Ávila (ex-Projeto de Lei nº 2.136/94, do Deputado José Militão), que transfere o Município de Turvolândia da circunscrição da Delegacia Regional de Saúde de Varginha para a circunscrição da Delegacia Regional de Saúde de Pouso Alegre. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 119/95, do Deputado Dimas Rodrigues, que cria o Programa de Proteção das Lagoas e Lagos Temporários Existentes às Margens do Rio São Francisco, dispõe sobre a preservação da fauna aquática local, coíbe a prática da pesca nas áreas incluídas no programa e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 148/95, do Deputado Jorge Hannas (ex-Projeto de Lei nº 753/92, do ex-Deputado Paulo Carvalho), que altera a redação do inciso III do art. 70 da Lei nº 9.938, de 26/7/89, e dá outras providências. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 149/95, do Deputado Arnaldo Canarinho (ex-Projeto de Lei nº 1.583/93), que concede o pagamento das taxas mínimas de água e energia elétrica às entidades assistenciais e sociais. O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Parecer da Comissão de Justiça sobre a constitucionalidade do Projeto de Lei nº 174/95, do Deputado Miguel Barbosa (ex-Projeto de Lei nº 2.231/94, do ex-Deputado Antônio Pinheiro), que insere no currículo escolar das escolas públicas estaduais de primeiro grau o conteúdo "Noções Básicas sobre o Trânsito". O parecer conclui pela inconstitucionalidade do projeto.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Santa Cruz de Minas, quanto à sua emancipação do Município de Tiradentes.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de São Sebastião da Vargem Alegre, quanto à sua emancipação do Município de Mirai.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Pedra Menina, quanto à sua emancipação do Município de Rio Vermelho.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Estêvão de Araújo, quanto à sua emancipação do Município de Araponga.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população do Distrito de Queixada, quanto à sua emancipação do Município de Novo Cruzeiro.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Quem-Quem e Barreiro da Raiz, quanto à sua emancipação do Município de Janaúba.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Ponto do Marambaia e Maranhão, quanto à sua emancipação do Município de Carai.

Requerimento da Comissão de Assuntos Municipais contendo solicitação ao Tribunal Regional Eleitoral para realização de consulta plebiscitária à população dos Distritos de Crisólia e São José do Mato Dentro, quanto à sua emancipação do Município de Ouro Fino.

2ª Fase

(das 16 às 18 horas)

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 3/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei Complementar nº 31/94, do ex-Deputado Márcio Miranda), que cria o Código Estadual do Meio Ambiente. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 4/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei Complementar nº 15/91, do ex-Deputado Raul Messias), que dispõe sobre a elaboração e a organização da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Incluído em ordem do dia para os fins do art. 288 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 46/95, do Deputado Marcos Helênio (ex-Projeto de Lei nº 2.234/94, do ex-Deputado Antônio Fuzatto), que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Resende Costa. Incluído em ordem do dia, observado o disposto no art. 141 do Regimento Interno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 7/95, da Deputada Maria José Haueisen, que concede desconto a alunos matriculados na rede particular de ensino. A Comissão de Justiça perdeu prazo para emitir parecer. As Comissões de Educação e de Defesa do Consumidor opinam pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 94/95, do Deputado Raul Lima Neto, que declara de proteção ambiental áreas de interesse ecológico situadas na bacia hidrográfica do rio Pandeiros. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Meio Ambiente e de Fiscalização Financeira opinam pela sua aprovação.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 15/95, do Deputado Gilmar Machado, que cria a Área de Preservação Permanente da Bacia Hidrográfica do Rio Uberabinha. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 28/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

Requerimentos de Emancipação nºs 141/95, do Deputado Carlos Murta; 170/95, da Deputada Elbe Brandão; 159/95, do Deputado Elmo Braz; 143 e 179/95, do Deputado Ivo José.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 28/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 52/95, do Deputado João Batista de Oliveira; 175/95, do Deputado Marcos Helênio.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 193/95, do Deputado Antônio Júlio.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E POLÍTICA RURAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 29/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de parecer sobre proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 68/95, do Deputado José Bonifácio.

Discussão e votação de proposição que dispensa a apreciação do Plenário da Assembléia:

No 2º turno: Projeto de Lei nº 121/95, do Deputado Sebastião Helvécio.

ORDEM DO DIA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA, NO PRAZO DE 60 DIAS, CONHECER, DEBATER, PROPOR E ACOMPANHAR TODAS AS AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL, DESENVOLVIDAS NO PROPOSTO PROCESSO DE PRIVATIZAÇÃO DA CIA. VALE DO RIO DOCE - CVRD -, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 29/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: tratar de assuntos de interesse da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA PROCEDER A ESTUDOS SOBRE O ENXUGAMENTO E DESATIVAÇÃO DE AGÊNCIAS E DEPENDÊNCIAS DO BANCO DO BRASIL, NO ESTADO DE MINAS GERAIS, A REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 29/6/95

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência. Distribuição de proposições.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os Prefeitos e os Presidentes das Câmaras Municipais de diversos municípios das regiões Central, Sudoeste e Sul.

EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, parágrafo único, I, do Regimento Interno,

convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 28/6/95, destinada a discussão e votação de pareceres e a votação de requerimentos; à apreciação dos Projetos de Lei n°s 7/95, da Deputada Maria José Haueisen, que concede desconto a alunos matriculados na rede particular de ensino, 15/95, do Deputado Gilmar Machado, que cria a área de preservação permanente da bacia hidrográfica do rio Uberabinha, 46/95, do Deputado Marcos Helênio, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Resende Costa, 94/95, do Deputado Raul Lima Neto, que declara de proteção ambiental áreas de interesse ecológico situadas na bacia hidrográfica do rio Pandeiros, 110/95, do Deputado Ronaldo Vasconcellos, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Santa Cruz do Escalvado, 118/95, do Deputado Wanderley Ávila, que declara a serra do Lopo, localizada no Município de Extrema, como área de preservação ambiental, e 251/95, do Governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Jacinto; e a discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 27 de junho de 1995.

Agostinho Patrús, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 6/95, da Mesa da Assembléia

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Antônio Júlio, Antônio Roberto, Antônio Andrade, Antônio Genaro, Alberto Pinto Coelho, Ajalmar Silva, Marcelo Cecé, Arnaldo Penna, Clêuber Carneiro, Leonídio Bouças, Marcos Helênio, Anivaldo Coelho, Álvaro Antônio e Ronaldo Vasconcellos, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 28/6/95, às 14h45min, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator da matéria e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1995.

Ailton Vilela, Presidente "ad hoc."

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n° 5/95

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Anderson Aduino, Antônio Roberto, Antônio Genaro, Luiz Antônio Zanto, Miguel Barbosa, Marcelo Cecé, Arnaldo Penna, Hely Tarquínio, Clêuber Carneiro, Leonídio Bouças, Ivo José, Anivaldo Coelho, Ivair Nogueira e Carlos Pimenta, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no próximo dia 28, às 15 horas, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1995.

Jorge Eduardo de Oliveira, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Comissão Especial para Emitir Parecer sobre o Veto Total à Proposição de Lei n° 12.635, Que Dispõe sobre o Programa de Alimentação Escolar da Rede Pública Estadual

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Arnaldo Penna, Gil Pereira, Miguel Barbosa e Dinis Pinheiro, membros da Comissão supracitada, para a reunião a ser realizada no dia 28/6/95, às 15h30min, no Plenarinho II, com a finalidade de se elegerem o Presidente e o Vice-Presidente, de se designar o relator da matéria e de se programarem os trabalhos.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1995.

Bonifácio Mourão, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Leonídio Bouças, Miguel Barbosa, Antônio Roberto e José Braga, membros da Comissão supracitada, para a reunião extraordinária a ser realizada às 9 horas do dia 29/6/95, na Sala das Comissões, com a finalidade de tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1995.

João Leite, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Romeu Queiroz, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; e, nos termos do art. 216, § 1º, do Regimento Interno, convoco os Deputados Carlos Murta e José Henrique, membros da Comissão de Administração Pública; Paulo Piau e Arnaldo Canarinho, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; Dílzon Melo e João Batista de Oliveira, membros da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização; Raul Lima Neto e Kemil Kumaira, membros da Comissão de Ciência e Tecnologia; Geraldo Santanna e Antônio

Genaro, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Dinis Pinheiro e Almir Cardoso, membros da Comissão de Defesa do Consumidor; João Leite e Antônio Roberto, membros da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais; Gilmar Machado e José Bonifácio, membros da Comissão de Educação, Cultura, Desporto e Turismo e Lazer; Ronaldo Vasconcellos e Wilson Trópia, membros da Comissão de Meio Ambiente; Álvaro Antônio e Sebastião Helvécio, membros da Comissão de Política Energética; Marco Régis e Jorge Hannas, membros da Comissão de Saúde e Ação Social; e Paulo Schettino, membro da Comissão de Defesa Social, para as reuniões extraordinárias a serem realizadas no dia 29/6/95, às 10 horas e às 15h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 234/95, que estabelece as diretrizes para o Orçamento Fiscal e de Investimento nas Empresas Controladas pelo Estado de Minas Gerais para o exercício de 1996.

Sala das Comissões, 27 de junho de 1995.

Miguel Martini, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Constituição e Justiça, de Meio Ambiente, de Agropecuária e Política Rural e de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Simão Pedro Toledo, Antônio Genaro, Leonídio Bouças, Arnaldo Penna, Anivaldo Coelho e Marcelo Gonçalves, membros da Comissão de Constituição e Justiça; Ivo José, Ronaldo Vasconcellos, Antônio Roberto, Wilson Trópia e Marcelo Cecé, membros da Comissão de Meio Ambiente; Paulo Piau, Arnaldo Canarinho, Almir Cardoso, Olinto Godinho e Miguel Barbosa, membros da Comissão de Agropecuária e Política Rural; e Miguel Martini, Romeu Queiroz, Geraldo Rezende, Glycon Terra Pinto, Clêuber Carneiro, Marcos Helênio e Alencar da Silveira Júnior, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, para as reuniões a serem realizadas no dia 29 do corrente, às 10h30min e às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de se apreciar o parecer para o 1º turno do Projeto de Lei nº 285/95, do Governador do Estado, que cria a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentado, altera a denominação da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente e dá outras providências.

Sala das Comissões, 26 de junho de 1995.

Geraldo Santanna, Presidente "ad hoc".

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÃO

PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI

Nº 32/95

Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 32/95, de autoria do Deputado Antônio Genaro, que declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, dos Moradores da Vila das Antenas e Bairro Jardim Alvorada, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado nos turnos regimentais sem emenda.

Vem, agora, o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 32/95

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, dos Moradores da Vila das Antenas e Bairro Jardim Alvorada, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária Presidente Tancredo Neves, dos Moradores da Vila das Antenas e Bairro Jardim Alvorada, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, 14 de junho de 1995.

Maria Olívia, Presidente - José Maria Barros, relator - Marcelo Gonçalves.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

49ª REUNIÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA

Discursos Proferidos em 20/6/95

O **Deputado Raul Lima Neto** - Sr. Presidente, membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, apenas para deixar registrado o fato nos anais desta Casa, subo a esta tribuna para comunicar ao Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, que estou deixando o PMN. Estou encaminhando, no momento, uma carta ao Sr. Presidente com o seguinte teor: "Exmo. Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús: Comunico a V. Exa., que por motivos ideológicos, pedi minha desfiliação do PMN - Partido de Mobilização Nacional - , conforme cópia anexa de minha correspondência remetida ao partido. Cordiais saudações. Deputado Raul Lima Neto".

E, para deixar registrado, faço, aqui, a leitura da minha carta de desfiliação do PMN para a qual gostaria de merecer a atenção do Sr. Presidente e dos Srs. Deputados. (-Lê:)

* "Companheiros de Partido, minhas saudações efusivas.

Desde o início do tempo em que milito no PMN, tenho, pela graça de Deus, desfrutado de companhia sempre amiga e aprendido com a experiência do nobre presidente Prof. Celso Brant.

No Partido alcancei algumas vitórias de expressão política.

Como leitor constante das diretrizes e dos conceitos básicos da filosofia política contida em nosso programa, assimilei as linhas mestras do pensamento teórico do Partido: a luta nacionalista sem tréguas.

Quanto me foi possível respeitei esse posicionamento, mas confesso, sempre com dificuldade. Eu mesmo assumo posturas liberais de vanguarda, antiestatizantes, anti qualquer tipo de monopólio econômico. E mesmo porque tenho pelo meu Brasil profundo patriotismo e sei que os monopólios, os oligopólios, os cartéis e as estatais impedem o desenvolvimento de um capitalismo sadio e moderno, que tem na iniciativa privada e na competição a força que impulsiona o progresso da nação, e ela permite que o povo tenha oportunidades promissoras e acesso a produtos melhores e mais baratos.

O Governo não pode e não deve competir com o povo, mas sim como um "pater familiae" sábio, deve prover para que todos os filhos tenham oportunidades iguais, não sejam espoliados pelos irmãos nem pelos de fora e, ainda, não permitir que se tornem vítimas dos monopólios e dos cartéis esbulhadores.

Um Estado empresário e monopolizador dá um exemplo negativo e não reúne condições para dismantlar monopólios e cartéis que, diga-se de passagem, constituem uma das mais inquietantes iniquidades sociais.

E aqui se instala o inconciliável debate ideológico: nacionalismo exacerbado e liberalismo avançado.

É essencial para um político consciente a fidelidade aos princípios que sua agremiação prega.

Na última apresentação da propaganda eleitoral do Partido, pela TV, poupou-se o público de uma situação incômoda que seria gerada pelo meu discurso, caso participasse eu do programa. Meu discurso, ainda que sereno e acadêmico, fatalmente levaria a um confronto de idéias, totalmente inaceitável no programa eleitoral do PMN. Por isto quero agradecer aos companheiros: foi providencial e politicamente correta a minha não-participação. O Partido se fortaleceu com isto.

Meus pronunciamentos na Assembléia atestam minha meditação política. Minha Assessoria enviará aos companheiros esses discursos.

Não sendo mais possível permanecer nos quadros do PMN, e isto, especialmente, pela colisão de ideologias, renuncio à qualidade de membro do PMN.

Mas não sem antes agradecer "ex-toto-corde" aos companheiros a cooperação nesses anos de luta comum. É certo que todos somos amigos leais. Certíssimo é que todos seremos amigos leais.

Aproximam-se as densas pelejas eleitorais: não podemos meditar as condições de um trabalho conjunto?"

Com isso, encaminho, neste instante, ao Sr. Presidente, Deputado Agostinho Patrús, a minha carta de desfiliação do PMN informando que, no momento, estou sem partido.

* - Publicado de acordo com o texto original.

O **Deputado Olinto Godinho** - Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Senhoras e Senhores presentes às galerias, representantes da imprensa.

Tenho observado ao longo desses anos, as dificuldades de minha região. O vale do

Suaçuí, como de resto as demais microrregiões dos vales do rio Doce, do Mucuri e do Jequitinhonha. Os últimos governantes, nunca se preocuparam em promover de forma ordenada o planejamento destas regiões, buscando soluções para seu desenvolvimento sócio-econômico.

Como Deputado majoritário em vários municípios dessas regiões, convoco os colegas Deputados, com assento nesta Casa, a formar juntos, sem embargo de condicionamento ideológico-partidário, uma frente parlamentar suprapartidária, destinada a concentrar esforços para superar os graves problemas conjunturais e estruturais que castigam aquelas regiões.

Assim, surgiu a idéia de criar esse protocolo de intenções que passo a ler:

"Protocolo de Intenções

As regiões Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, representadas por 137 municípios, compreende uma área territorial 103.512km², ou seja, 17,79% do total deste Estado, com população de 3.431.908 habitantes, representando 15,45% do total de Minas. Têm previsão de investimentos da ordem de R\$43.816.000,00, o que representa um percentual de 6,17% dos investimentos previstos no orçamento para o exercício de 1995.

A dinâmica de desenvolvimento do processo sócio-econômico até hoje empregado pelo Estado tem provocado alterações significativas nessas regiões, uma vez que os últimos governantes sempre adotaram políticas de desenvolvimento sócio-econômicas discriminatórias, em detrimento das demais regiões do Estado. O resultado dessa política com efeitos profundamente negativos fez dessas regiões, ao longo dos anos, o que são hoje: um apêndice para o Estado. Seu empobrecimento econômico e social não pode mais esperar por boa vontade.

Essas regiões somadas têm situações atípicas em relação às da área mineira da SUDENE, ou seja, da região Norte, que recebeu inúmeros benefícios e incentivos federais e estaduais, que propiciaram condições para seu desenvolvimento sócio-econômico.

Os dados a seguir refletem claramente a situação hoje sofrida pelas regiões dos vales do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce:

- o sistema de saúde pública e privada é completamente ineficiente, pois proporciona a média de um leito hospitalar para 458 habitantes. Constata-se, ainda, alto índice de endemias, pois apenas 30% dos domicílios possuem abastecimento de água potável, e 75% dos municípios não dispõem de rede de esgotos sanitários adequada.

- a malha viária sufoca o desejo do desenvolvimento. Em Minas Gerais, 186 municípios estão sem ligação asfáltica; destes, 49 encontram-se nessas regiões, quadro negativo que se completa com a inadequada infra-estrutura urbana e com a deficiência total de recursos financeiros de seus municípios;

- a energia elétrica, fator imprescindível para o progresso, representa 8,22% das instalações no Estado, onde as áreas rurais são as mais prejudicadas;

- o déficit habitacional é grave, pois quase 40% das habitações são meras cabanas de pau-a-pique, sem condições de abrigar uma família condignamente;

- as oportunidades de emprego são mínimas, já que as atividades agropecuárias prevalecem. A falta de atrativos, incentivos e condições mínimas fazem com que o parque industrial dessa região represente apenas 3,28% do total de indústrias instaladas no Estado.

Nos últimos 10 anos os investimentos previstos no orçamento do Estado para essa região representaram algo em torno de 10%.

O sistema de ensino é altamente deficitário nos cursos de nível técnico e superior, por não suprir a demanda lá existente. Por outro lado, os índices de evasão escolar e repetência são alarmantes.

Incentivar e criar mecanismos de benefício, que implementem condições para instalação de indústrias e agroindústrias são os principais objetivos desse Protocolo de Intenções.

Tornar essa região atrativa seria uma forma ímpar de sanar os problemas sociais existentes.

De tais reflexões, surgiu a intenção de criar uma Frente Parlamentar Suprapartidária para o Desenvolvimento Econômico e Social das Macrorregiões do Jequitinhonha, Mucuri e Rio Doce, onde se encontra o vale do Suaçuí.

Essa frente parlamentar será composta de quaisquer deputados estaduais que compartilhem interesses comuns de desenvolvimento para as regiões, buscando ações conjuntas junto ao Governo do Estado, ao Governo Federal e a outros órgãos, visando a uma melhor qualidade de vida e principalmente ao seu desenvolvimento sócio-econômico.

As assessorias dos deputados das referidas regiões deverão coordenar esforços para produzir, em conjunto e em curto prazo, os documentos necessários à implantação da frente parlamentar suprapartidária, destinada a congregar esforços políticos, técnicos, privados e públicos voltados para o desenvolvimento econômico e social destas regiões.

Belo Horizonte 20 de janeiro de 1995."

Muito obrigado.

O Deputado Sebastião Navarro Vieira - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há poucos dias, na Casa de Cultura, em Poços de Caldas, mantida pelo Instituto Moreira Sales, foi lançado o livro "Um Ladrão de Guarda-Chuvas", do escritor poços-caldense Jurandir Ferreira. Jurandir Ferreira é escritor desde os tempos de estudante. Agora, para orgulho de Poços de Caldas e de Minas, é descoberto pela crítica literária nacional, já se aproximando dos 90 anos.

O seu livro "Um Ladrão de Guarda-Chuvas", além de citado por todos os grandes órgãos da mídia nacional, recebeu uma página inteira, com referências elogiosas, na revista "Veja", da semana passada, em artigo assinado pelo consagrado Inácio de Loyola Brandão. É importante, para Minas e para Poços de Caldas, que a crítica literária brasileira volte seus olhos para Jurandir Ferreira que, desde os tempos de sua juventude, vem militando na cultura.

Nasceu em 1905. Em 2 de setembro, completará 90 anos. É casado com D. Elza Monteiro Ferreira, que fundou em Poços de Caldas o Serviços de Obras Sociais - SOS -, instituição modelar que se propagou por toda Minas Gerais e pelo Brasil.

"Um Ladrão de Guarda-Chuvas" recebeu o Prêmio Guimarães Rosa da Secretaria de Cultura de Minas, despertando a atenção da crítica para a obra de Jurandir.

Jurandir Ferreira, aos 3 anos de idade, já sabia ler. Aos 7, estava na escola. Estudou na Escola São João da Escócia, do Prof. João Santos, hoje Instituto São João da Escócia, mantido pela maçonaria. Estudou no Ginásio Pedro Sanches e, nessa época, lia tudo que encontrava pela frente, orientado por sua tia Afonsina. Estudou também no Instituto Moderno de Educação e Ensino, em Santa Rita do Sapucaí. Cursou, posteriormente, Farmácia, em Pouso Alegre, quando passou a escrever na "Gazeta de Pouso Alegre", tendo recebido o primeiro elogio do crítico, por poesia publicada naquela gazeta. Ainda estudante, escreveu "Poemas de Sombras" e "Jequitirana Bóia". Em 1925, foi para São Paulo. Trabalhou no Jornal "A Ronda" e foi revisor do jornal "O Combate", dos irmãos Rangel Pestana. Em 1928, retornou a Poços de Caldas e era redator do Semanário "A Folha". Em 1948, é publicado seu famoso livro, "Um Céu entre Montanhas", título que se tornou epíteto da nossa querida Poços de Caldas. Em 1949, publica "Fábulas" e "Poesias", ambos editados pela Livraria Martins. Em 1954, publicou o romance "Telemaco", pela Editora Saraiva. Em 1955, pela Imprensa Oficial Mineira, publicou o livro de contos "A Campinha e o Camundongo". De 1967 a 1968, fundou e dirigiu o Jornal Literário "A Fronteira" que, à sua época, segundo a Associação Brasileira de Imprensa, foi considerado o jornal literário mais bem feito do interior do Brasil. Foi premiado, com outros cinco escritores de contos, no concurso nacional instituído pelo Governo do Paraná, teve seu conto editado pela Editora Bloch, sob o título "Os 18 Melhores Contos do Brasil". Publicou o "Tocador de Requinta", livro de poesias. Em 1972, publicou "Saia Branca", livro de contos. Em 1994, "Asas do Dragão", pelo Conselho Editorial da Secretaria de Educação de Poços de Caldas. Publicou, ainda recentemente, "A Visita" e "Da Quieta Substância dos Dias", livros de Crônicas. Registro o lançamento desses livros e a descoberta de Jurandir Ferreira pela crítica literária nacional, nesta Assembléia Legislativa, que é e haverá de ser sempre, caixa de ressonância da voz de nossa gente, para que toda Minas possa se orgulhar desse seu filho ilustre, como todos nós, poços-caldenses. Tenho a satisfação, Sr. Presidente Agostinho Patrús, de passar às mãos de V. Exa., para integrar o acervo da biblioteca desta Casa, um exemplar deste último livro lançado por Jurandir Ferreira, "Um Ladrão de Guarda-Chuvas".

O Deputado Durval Ângelo - Sr. Presidente, Srs. Deputados, no último dia 14, estivemos na Cidade de Cristiano Otôni, onde cerca de 3.000 moradores impediram o trânsito na BR 040, na altura do trevo de acesso à cidade, para protestar contra as dezenas de mortes ocorridas nesse trevo nos últimos anos, especialmente contra os quatro acidentes fatais acontecidos no decorrer deste ano. E o protesto dos moradores se deve, fundamentalmente, à omissão do DNER, que há anos vem sendo informado dos inúmeros acidentes que acontecem naquela rodovia. As solicitações dos moradores para se colocarem quebra-molas, ou outro redutor de velocidade, ou, até mesmo, uma passarela têm sido tratadas com o maior descaso pelo poder público federal. Inclusive, no dia 23 de janeiro, o próprio irmão do prefeito, Sr. José Néri, veio a falecer no mesmo trevo, em função de um acidente.

Como resposta às reivindicações formuladas ao DNER, o Sr. Tarcísio Delgado, Diretor-Geral daquela instituição, mandou o ofício, nº 329, datado de 4/5/95, prestando condolências ao Prefeito, pela perda irreparável de seu irmão. Se não fosse a seriedade do ex-Deputado Tarcísio Delgado, diríamos que esse ofício, hipotecando condolências ao Prefeito e à família enlutada, seria interpretado como humor negro.

Queremos, aqui, apresentar as reivindicações dos moradores, para que este Poder Legislativo as apoie. São reivindicações em defesa da vida, pela preservação da vida dos moradores de Cristiano Otôni. Devido a uma situação ímpar, eu lá estava, a convite do Vigário-Geral, Padre Henrique. Não sou votado naquela cidade mas a defesa da vida não tem barreira partidária, não tem referência eleitoral.

Hoje, estou enviando dois ofícios. O de número 48/95 é dirigido ao Sr. Tarcísio

Delgado, reiterando as solicitações, dos moradores de Cristiano Otôni. Aproveito a oportunidade para fazer um convite ao ex-Deputado Tarcísio Delgado, para que vá a Cristiano Otôni e se reúna com a comissão que está coordenando a luta. Acho que assim ele se sensibilizará com os pedidos e os reclamos dos moradores daquele local. O outro ofício é o de número 49/95, que estamos enviando ao Inspetor Ibraim de Souza Curi, Superintendente da 4ª Inspetoria da Polícia Rodoviária Federal, solicitando-lhe que, em função dos inúmeros acidentes fatais, conforme registro da Polícia Rodoviária, encaminhe parecer técnico favorável ao DNER para instalação de quebra-molas e passarela naquela região. Entendemos que, dessa forma, estamos envolvendo o Poder Legislativo Municipal, e também esta Assembléia na luta dos moradores de Cristiano Otôni. Não podemos assistir passivos aos graves problemas que afligem aquela região.

Esta semana iremos, em comissão, ao DNER, solicitar providências urgentes que venham atender às reivindicações dos moradores daquela região. Esse é o nosso papel, nossa função num momento tão grave como esse, em virtude da morte de inúmeras pessoas naquele trecho.

Gostaríamos que outros Deputados reiterassem esse nosso apelo ao Diretor-Geral do DNER. Diante de vidas colocadas em risco, não se brinca. Por isso, apoiamos essa luta dos moradores. Se, em 15 dias, providências não forem tomadas, a próxima ocupação da BR-040 pelos pacíficos moradores de Cristiano Otôni será com picaretas, porque eles próprios farão, naquele trecho, os quebra-molas que estão sendo negados pelo DNER. Estaremos em Cristiano Otôni, daqui a 15 dias, como estivemos no dia 14, prestando a nossa solidariedade e o nosso apoio às justas reivindicações daquela gente. Muito obrigado.

O Deputado Jairo Ataíde - Sr. Presidente, Srs. Deputados, representantes da imprensa, senhoras e senhores, fala-se muito em reforma tributária, a qual seria uma forma de desburocratizar e, ao mesmo tempo, aumentar a arrecadação. Enquanto se ventilam propostas, as mais variadas, o Estado de Santa Catarina acaba de nos dar um exemplo notável, ao estatuir concretamente a isenção de ICMS para microempresas com renda bruta anual de até R\$64.400,00.

Para que se tenha uma idéia comparativa, em Minas Gerais a microempresa só está isenta se tiver renda bruta anual até R\$19.940,00, menos de 1/3 do patamar catarinense.

A lei daquele Estado foi mais longe ainda, gerando a autofiscalização, incentivando o fornecimento da nota fiscal que se reverte em bônus para o próprio empresário.

Além de incentivar a microempresa, Santa Catarina estabeleceu para a pequena empresa com renda bruta anual entre R\$64.400,00 e R\$115.000,00, isenção de ICMS escalonada de 25% até 75%.

A Secretaria da Fazenda daquele Estado prevê renúncia fiscal de 2,2% da arrecadação tributária e afirma que a estratégia é buscar as empresas que estão na informalidade e aumentar a arrecadação, pois ali estima-se que 60% das empresas são informais. A mesma Secretaria afirma que, desde a entrada da lei em vigor, a arrecadação subiu 5% ao mês.

A inovação foi transformar a nota fiscal numa espécie de bônus, pois, ao adquirir mercadorias, o pequeno empresário recebe na nota fiscal dada pelo fornecedor um percentual de crédito de ICMS, com o qual ele pode adquirir matéria-prima secundária ou serviços.

Com isso, cresceu a arrecadação, estão crescendo as microempresas saídas da informalidade, e as pequenas caminham para se tornarem maiores, exigindo das que hoje têm médio porte a nota fiscal para poderem se beneficiar com o bônus. Cresceu a oportunidade de emprego, cresceu a arrecadação do Estado.

Façamos uma transposição muito importante: regiões que convivem heroicamente com situações econômicas e climáticas adversas, como as do Norte de Minas e do Jequitinhonha terão um grande incentivo com a implantação de semelhantes patamares de isenção em nosso Estado. Os produtores de alho, de algodão, de feijão, os pequenos negócios de prestação de serviços, o pequeno comércio e até a pequena indústria do Norte de Minas e do Jequitinhonha terão grande impulso com a adoção de semelhante isenção.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, dois fatos importantes vêm criar mais condições para que possamos avançar, ousar no campo de valorização das micro e pequenas empresas, do micro e pequeno produtor rural.

O primeiro é a criação de um grupo de trabalho pela Secretaria da Fazenda com o intuito de rever o regulamento do ICMS e da micro e pequena empresa, grupo esse que está aberto a receber sugestões da sociedade.

O segundo é a instalação nesta Casa da Subcomissão Especial da Micro e Pequena Empresa, ligada à Comissão de Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados.

É chegado o momento de discutirmos a atual situação dos pequenos empreendedores urbanos e rurais, penalizados por uma legislação desestimulante e, para tanto, conclamamos a toda a sociedade mineira, mormente suas associações representativas,

para que juntos possamos influir nas decisões que nos levem a mais arrecadação, menos impostos, a uma fiscalização simples e ágil, ao incentivo ao constante aparecimento de empreendedores entre nós, que recolherão mais impostos e criarão mais empregos.

Incentivar esses pequenos empreendedores rurais e urbanos é garantir o caminho certo para Minas. Muito obrigado.

O Deputado Marcos Helênio - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada, público presente, representantes da imprensa, vamos falar a respeito dessa nova discussão que se está fazendo a respeito da lei antimanicomial, que é um projeto de lei já aprovado e, portanto, uma lei. Recebemos uma série de propostas para debate e faremos alguns comentários para servir de subsídio aos companheiros da Casa.

Em virtude de um certo tipo de crítica surgida com relação à Lei nº 11.802, que dispõe sobre medidas de proteção ao portador de sofrimento mental, torna-se necessário recapitularmos aqui, com clareza e transparência, o processo que resultou na aprovação da referida lei.

Não rediscutiremos aqui o mérito da lei, pois fazê-lo significaria suspeitar do pleno conhecimento de causa com o qual os Deputados desta Casa votaram unanimemente a seu favor. Tampouco mencionaremos, senão de passagem, tratar-se de legislação voltada para as questões contemporâneas da assistência à saúde mental, em plena consonância com as diretrizes da Organização Mundial da Saúde, com as mais modernas técnicas de tratamento, com o respeito aos direitos humanos que deve guiar nosso convívio com os chamados doentes mentais. Nosso objetivo consiste hoje em demonstrar, a partir de sua procedência e das circunstâncias de seu aparecimento, o caráter obviamente tendencioso e corporativista das críticas que hoje são dirigidas com virulência e incisividade à Lei nº 11.802.

Essa espécie de crítica, convém ressaltar, provém basicamente de um setor, ou, antes, de uma determinada tendência no setor médico, que considera toda e qualquer espécie de controle social das práticas de saúde como uma afronta à soberania do ato médico. Felizmente, não se trata de uma corrente hegemônica, nem mesmo majoritária, entre os médicos brasileiros. Assim, o Conselho Federal de Medicina, instância máxima de jurisdição interna da prática médica, admite não haver incompatibilidade e sim harmonia entre a indispensável autonomia do profissional e a também indispensável participação da sociedade civil na definição das políticas de saúde.

Assim, Srs. Deputados, diante do falaz argumento que aponta a Lei nº 11.802 como uma afronta à categoria médica, ouçam as numerosas vozes, dentro dessa mesma categoria, que se erguem publicamente na defesa da nova lei: aprovam a Lei nº 11.802 o próprio Conselho Federal de Medicina, que, aliás, já fizera divulgar disposições bastante parecidas para a área da saúde mental; a Associação Brasileira de Psiquiatria; a Associação Mineira de Psiquiatria; o Sindicato dos Médicos de Minas Gerais; e, mais ainda, recentemente, um manifesto de apoio à lei foi entregue à Comissão de Saúde, com a adesão de cerca de 200 psiquiatras mineiros.

Com todo o respeito que devemos ao Conselho Regional de Medicina, principal porta-voz de críticas nem sempre respeitadas à lei, o número e o nome das entidades que citamos deve provar aos Srs. Deputados que a maioria dos médicos e, particularmente, dos psiquiatras brasileiros são favoráveis às modernas diretrizes de um tratamento não discriminativo ao portador de sofrimento mental.

Todavia, se começarmos por enfatizar a participação e o apoio da categoria médica, importa-nos ressaltar a participação das mais diversas categorias na elaboração da Lei nº 11.802: psiquiatras, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros, terapeutas ocupacionais e, sobretudo, a participação decisiva, nesse processo, do segmento social mais diretamente interessado: os usuários e os familiares de usuários dos órgãos de saúde mental.

Durante os quase três anos em que a Lei nº 11.802 tramitou na Assembléia Legislativa mineira, foi discutida com os mais diversos segmentos da sociedade civil, em processo devidamente divulgado pela imprensa. Houve debate democrático: certos pontos foram objeto de consenso imediato, certos outros foram discutidos e modificados. E esses debates sempre foram públicos, abertos a todos aqueles que pretendessem contribuir para o aprimoramento do então projeto de lei. Os membros da Comissão de Saúde ou qualquer outro Deputado desta Casa, em momento algum, repetimos, nenhum parlamentar foi procurado de forma pública e aberta por entidades ou instituições que se posicionassem desfavoravelmente à lei. O que se passou foi justamente o contrário, ou seja, um grande movimento de mobilização social a favor da sua aprovação. Em memorável audiência pública da Comissão de Saúde, aqui compareceram, trazendo seu apoio, a Associação Mineira de Psiquiatria, o Conselho Federal de Medicina, o Sindicato dos Médicos, já citados; o Fórum Mineiro de Saúde Mental; a Associação de Usuários de Saúde Mental de Minas Gerais - ASSUSAM -; o Sindicato dos Trabalhadores de Saúde Mental da FHEMIG e do Estado de Minas Gerais, para citar apenas alguns que se pronunciaram na ocasião. Não se levantou nenhuma voz contrária. A Federação Brasileira dos Hospitais, convocada, não se manifestou, nem na audiência pública supracitada nem em qualquer outra etapa do processo de tramitação da Lei nº 11.802.

A legitimidade e a força desse movimento é mais uma vez demonstrada quando se manifesta esta oposição tardia e obviamente minoritária, logo após a aprovação da lei. No dia 18 de maio, Dia Nacional da Luta Antimanicomial, o Secretário da Saúde recebeu um manifesto de apoio ao qual aderiram, além dos quase 200 psiquiatras já citados, cerca de 2 mil pessoas, entre trabalhadores de saúde mental, usuários, seus familiares, alunos e professores de universidades etc. Além das entidades já mencionadas, aderiram também a Associação Brasileira de Enfermagem, os Conselhos Regionais de Psicologia, Enfermagem, Serviço Social, Farmácia; os Sindicatos dos Psicólogos e dos Farmacêuticos; o Movimento Nacional de Direitos Humanos, a Pastoral dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Belo Horizonte, o Movimento Tortura Nunca Mais, a Cáritas-MG, entre outros. Mais ainda, o manifesto foi subscrito por mais de 40 personalidades eminentes de todo o Brasil, entre psiquiatras, psicanalistas, políticos, trabalhadores de destaque em projetos pioneiros de saúde mental, todos em importante posição na área da produção teórica e prática em saúde mental de nosso País.

Lembramos ainda que o Governador Eduardo Azeredo sancionou essa lei com convicção e tranquilidade, mostrando-se sensibilizado pelas manifestações de agradecimento e apoio por seu ato. O Coordenador Nacional de Saúde Mental apóia e incentiva modificações legislativas com o espírito desta que Minas Gerais acaba de realizar. O Dr. Adib Jatene, Ministro da Saúde, tem manifestado publicamente seu apoio às transformações legislativas e assistenciais na área da saúde mental.

A reforma psiquiátrica brasileira, cujos princípios e ideários são representados com felicidade no texto da nova lei, é agora um processo irreversível. Seria um grave erro político subestimar sua força. Com apoio da Organização Mundial de Saúde e da Organização Panamericana de Saúde, com o incentivo do Ministério de Saúde e do Governo Estadual, e, sobretudo, com a luta constante dos trabalhadores e usuários de saúde mental, caminhamos, inevitavelmente, para uma nova concepção de doença mental e dos recursos necessários ao seu tratamento. Votando a favor da Lei nº 11.802, a Comissão de Saúde e o Plenário desta Casa adquiriram o direito a um legítimo motivo de orgulho: souberam, em tempo hábil, colocar-se de acordo com as novas práticas e as novas tendências internacionais no campo da saúde mental.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, qualquer medida em contrário é trabalhar na contramão da história. Muito obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta* - Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Agostinho Patrús, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, imprensa presente, visitantes, dois assuntos nos trazem, hoje, à tribuna da Assembléia Legislativa, para que possamos externar nossos pontos de vista os quais achamos que merecem a atenção desta Casa Legislativa.

O primeiro assunto, Sr. Presidente, é que gostaríamos de fazer uma rápida análise da audiência pública que esta Assembléia realizou, juntamente com o Governo do Estado, na cidade de Pirapora, nos dias 12 e 13. Mas, antes, queremos cumprimentar ao Presidente daquela sessão, Deputado Ibrahim Jacob, pela sua conduta e pela sua seriedade, que são de costume, e pela sua eficiência na condução dos trabalhos. Queremos, também, cumprimentar o Deputado Wanderley Ávila, majoritário na cidade de Pirapora, pela sua decisiva participação e aos Deputados que nos honraram com suas presenças. Tivemos, realmente, uma reunião extremamente proveitosa.

A audiência pública de Pirapora teve um caráter diferente das outras audiências. Diferente, porque tivemos a participação maciça de 54 municípios, dos 55 convidados para participarem. Muitos municípios distantes de Pirapora, a 500 e 600km, foram defender suas propostas, expressando com muita emoção as suas reivindicações.

Das 300 propostas apresentadas, Sr. Presidente, queríamos destacar cinco pontos que achamos extremamente importantes. Primeiro, a proposta relativa ao transporte da região norte-mineira. Foram 54 solicitações, e não é de se estranhar, porque sabemos que 26 cidades daquela região não contam com vias de acesso asfaltadas. E mais, a grande maioria das obras de transporte público, da região norte-mineira, sofreram, no último dia 15, por determinação do DER-MG, um processo de paralisação, levando uma grande preocupação para as pessoas que moram naquela região.

Saneamento básico foi o segundo tema mais solicitado na reunião de Pirapora: 53 solicitações. 95% dos municípios norte-mineiros não possuem rede de esgoto. 70% não possuem água tratada. Em Montes Claros, a maior cidade daquela região, o esgoto de mais de 280 mil pessoas é jogado no rio Vieira, principal afluente dos rios Verde e Grande, um dos principais da região norte-mineira.

No setor da educação, foram 31 solicitações. Ficamos triste quando constatamos que a maioria das reivindicações foi de extensão de séries. Grande parte dos municípios e dos distritos da região norte-mineira só possuem escolas de 1ª à 4ª série do 1º grau e reivindicam instalação da 5ª à 8ª séries, bem como a criação do 2º grau na maioria dos municípios, principalmente nos recém-emancipados. Isso serve de parâmetro para nós Deputados quando proporcionamos a emancipação de distritos. Só naquela região, de mais de 40 municípios, há inúmeras solicitações para reformas

e construção de escolas. Sabemos que a construção de prédios públicos para as escolas estaduais é o principal desafio do setor educacional. Muitas escolas funcionam em sedes de associações. É necessário que se faça um trabalho para sanar esse problema. Apenas 8% das propriedades rurais do Norte de Minas possuem energia elétrica. Essa foi também uma reivindicação bastante defendida naquela reunião.

O quinto item foi com relação aos recursos hídricos, perfuração de poços artesianos e construção de barragens. Depois, vieram outros, como habitação, a questão das indústrias, empregos, a dotação para os distritos industriais das cidades norte-mineiras de porte médio que não contam com esse benefício, bem como esporte e lazer.

Para finalizar essa primeira parte, das dez prioridades apresentadas, seis são relativas ao asfaltamento das vias de acesso às principais cidades, duas são do setor de saúde, defendendo a criação de hospitais regionais na região de Salinas e a criação de uma unidade de tratamento intensivo, na cidade de Bocaiúva. Houve uma proposta relativa a recursos hídricos e uma de habitação. Queremos alertar os Srs. Deputados para que, pelo menos, essas prioridades possam ter a garantia desta Casa legislativa e para que não aconteça como no ano passado, quando foram apresentadas 500 propostas, priorizadas 16 e apenas 1 conseguiu êxito junto ao Governo do Estado.

Quero ainda, Sr. Presidente, chamar a atenção para outro ponto do meu pronunciamento desta tarde. Amanhã, às 19 horas, estaremos reunidos no 23º andar do Edifício Tiradentes. Estarão lá todos os Deputados Estaduais votados na região do Norte de Minas. Já entramos em contato com todos eles: Deputado José Braga, Deputado Jairo Ataíde, Deputado Gil Pereira, Deputado Péricles Ferreira, Deputado Clêuber Carneiro, Deputada Elbe Brandão, Deputado Geraldo Santanna, Deputado Wanderley Ávila, Deputado Dimas Rodrigues e um, recém-acolhido como membro do Norte de Minas, Deputado Raul Lima Neto. Nessa reunião iremos dialogar a respeito de temas extremamente importantes para a região como, por exemplo, o plano plurianual do Governador Eduardo Azeredo. É a programação de seu governo para os próximos quatro anos, onde prevê investimentos da ordem de R\$4.500.000.000,00. Iremos debater a questão das obras da região, cuja maioria teve ordem de paralisação expedida pelo DER-MG. São obras como o asfaltamento da estrada de acesso à cidade de Ibiaí, estrada que serve ao escoamento da produção, extremamente importante, que vai até Montes Claros e corre todo o vale dos rios Verde e Grande, passando por oito cidades, via de acesso imprescindível à continuidade do Projeto Jaíba, e para que possamos atrair recursos internacionais, como os do governo japonês, que prevê o investimento de US\$170.000.000,00. Também o anel rodoviário de Montes Claros, obra fundamental para o desenvolvimento daquela cidade, que teve sua ordem de paralisação expedida dia 15 de junho último, e o saneamento do córrego da Melancia, beneficiando 70 mil pessoas em Montes Claros. O asfaltamento de um trecho da BR-851, ligando à Rio-Bahia as cidades de Taiobeiras e Salinas, está, também, com a ordem de paralisação iminente. Há, também, a obra de saneamento do Município de Janaúba.

Acho que chegou o momento de nós, Deputados daquela região, termos uma conversa bastante amigável, para que nossos interesses regionais possam ser suplantados pelo interesse maior da região norte-mineira e para que possamos discutir o problema à luz da razão, sem radicalismos, sem nenhuma bandeira político-partidária. Tanto é que teremos Deputados do PMDB, do PL, do PDT, do PFL e Deputados sem partido, para que juntos possamos, realmente, tirar uma conclusão que chegue às mãos do Governador Eduardo Azeredo. A partir dessa reunião, marcaremos uma audiência com o Governador Eduardo Azeredo e com o Vice-Governador Walfrido dos Mares Guia, para que S. Exas. tomem conhecimento do posicionamento dos Deputados norte-mineiros.

Concluindo, Sr. Presidente, essa proposta vem no momento em que a região mais precisa de um trabalho sério e um apoio firme dos Deputados que foram votados e têm uma dívida muito grande com aquela região. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Ronaldo Vasconcellos* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, pessoas presentes nas galerias, assessoria da Casa e imprensa; gostaria de comentar que diversas cidades mineiras, que são pontos turísticos em nosso Estado, organizaram-se e estão fazendo reuniões para tratarem do desenvolvimento do turismo. As cidades as quais me refiro são aquelas que constituem o denominado Circuito do Ouro. São as cidades de Congonhas, Ouro Preto, Mariana e Santa Bárbara.

No dia 2 de junho deste ano, participamos, em Congonhas, da 25ª reunião dessas cidades. Nessa ocasião, tivemos a oportunidade de escutar as preocupações e as sugestões dos representantes dessas cidades, sobre o que pode ser feito pelo parlamento mineiro para incentivar o turismo. Também, pudemos levar até eles as questões que estão sendo tratadas nesta Casa legislativa. Além da 25ª Reunião do Fórum para Desenvolvimento do Turismo do Circuito do Ouro, outras reuniões já foram realizadas, em outras cidades desse circuito. Nessas reuniões, sempre discutimos as questões do turismo ligadas a essas cidades. Já realizamos 25 reuniões e outras ainda vão se suceder, pois estamos procurando sensibilizar as autoridades municipais, estaduais e federais, para a importância do turismo no Estado de Minas Gerais,

principalmente do turismo histórico, nessas cidades. Portanto, devemos ressaltar o trabalho dessas cidades mineiras, o trabalho do Instituto Newton de Paiva, através de sua cadeia de turismo, o trabalho das Prefeituras e da Câmara de Vereadores de cada localidade.

Ontem, estivemos no DER-MG para conversar sobre as obras que estão relacionadas ao Circuito do Ouro. Pudemos escutar o Sr. Diretor-Geral, que nos disse que a estrada ligando Santa Bárbara ao Distrito de Catas Altas será asfaltada, devido ao apoio financeiro da Companhia Vale do Rio Doce, que viabilizará esse asfaltamento, e que, em breve, se a população daquele distrito achar por bem, ele será transformado também, em cidade.

Falta ainda a complementação financeira, para que seja autorizada a obra que ligará Catas Altas a Mariana, e também a obra - dentro do Circuito do Ouro - denominada Estrada Real, ligando Ouro Preto a Ouro Branco. Entretanto, os habitantes das cidades que compõem o Circuito do Ouro deverão continuar essa luta, para que os turistas - brasileiros ou estrangeiros - possam percorrer todas as cidades através da ligação asfáltica. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 27/6/95, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, e 5.132, de 1º/6/93, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou os seguintes atos:

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 24/4/95, o servidor Napoleão Nacur, ocupante do cargo de Oficial de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria;

aposentando, a pedido, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a partir de 5/6/95, o servidor Djalma Martins, ocupante do cargo de Técnico de Apoio às Atividades da Secretaria, do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral desta Secretaria, c/c a Lei nº 8.443, de 6/10/83, as Resoluções nºs 5.086, de 31/8/90, 5.090, de 29/12/90, 5.132, de 1º/6/93, e do Parecer da Procuradoria-Geral da Casa nº 2.524/91, e tendo em vista o disposto na alínea "c" do inciso III do art. 36 da Constituição do Estado, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, a partir de 1º/6/95, com proventos proporcionais ao tempo de serviço, a servidora Maria Sueli Calais Guerra, ocupante do cargo em comissão e de recrutamento amplo de Agente Parlamentar, do Quadro Suplementar da mesma Secretaria.

AVISOS DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 7/95

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar, no dia 13/7/95, às 16 horas, na Rua Rodrigues Caldas, 79, 14º andar, no Bairro Santo Agostinho, na sala de reuniões da Gerência-Geral de Material e Patrimônio, a Tomada de Preços nº 7/95, para contratação de empresa especializada para realização de pesquisas de opinião pública.

O edital e outras informações poderão ser obtidos no endereço acima, das 8 às 18 horas, até o dia 12/7/95.

Belo Horizonte, 27 de junho de 1995.

Dalmir de Jesus, Diretor-Geral.

Inexigibilidade de Licitação nº 34/95

Em 8/6/95, despacho do Sr. Presidente autorizando, nos termos do "caput" do art. 25 da Lei nº 8.666, de 1993, a publicação dos números telefônicos da ALEMGO na edição 1995/1996 da Lista Telefônica de Endereços de Belo Horizonte e Contagem à Guiatel S.A. - R\$3.546,00.

EXTRATO DE CONVÊNIO

TERMOS DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E AS ENTIDADES ABAIXO DISCRIMINADAS, CUJO OBJETO É A CONCESSÃO DE SUBVENÇÃO SOCIAL E AUXÍLIO PARA DESPESA DE CAPITAL

CONVÊNIO Nº 00234 - VALOR: R\$500,00.

ENTIDADE: CRECHE CRIANCA ESPERANCA - CONTAGEM.
DEPUTADO: JOSE BRAGA.
CONVÊNIO N° 00235 - VALOR: R\$11.100,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO MONSENHOR JOAQUIM DIMAS GUIMARAES - GUARACIABA.
DEPUTADO: SEBASTIAO COSTA.
CONVÊNIO N° 00236 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PAIS AMIGOS EXCEPCIONAIS - BURITIS - BURITIS.
DEPUTADO: RAUL LIMA NETO.
CONVÊNIO N° 00237 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. UNIDOS BONITO - JANUARIA.
DEPUTADO: CLEUBER CARNEIRO.
CONVÊNIO N° 00238 - VALOR: R\$7.000,00.
ENTIDADE: SOCIEDADE UNIDOS LEMEPRADENSE - MINAS NOVAS.
DEPUTADO: MARCO REGIS.
CONVÊNIO N° 00239 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES SAO BENTO - FUNILANDIA.
DEPUTADO: ELMO BRAZ.
CONVÊNIO N° 00240 - VALOR: R\$8.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL GUARDA-MOR - GUARDA-MOR.
DEPUTADO: ANTONIO ANDRADE.
CONVÊNIO N° 00241 - VALOR: R\$10.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO DESPORTIVA CLASSISTA FRIGOARNALDO - CONTAGEM.
DEPUTADO: ARNALDO CANARINHO.
CONVÊNIO N° 00242 - VALOR: R\$20.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL CORACAO JESUS - CORACAO JESUS.
DEPUTADO: ELBE BRANDAO.
CONVÊNIO N° 00243 - VALOR: R\$7.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO EVANGELICA NOVA JERUSALEM - JANAUBA.
DEPUTADO: ELBE BRANDAO.
CONVÊNIO N° 00244 - VALOR: R\$30.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES VILA VARZEA CIMA - VARZELANDIA.
DEPUTADO: MARCELO GONCALVES.
CONVÊNIO N° 00245 - VALOR: R\$12.000,00.
ENTIDADE: CONSELHO DESENV. COMUN. SERRA MENEZES - ASTOLFO DUTRA.
DEPUTADO: TARCISIO HENRIQUES.
CONVÊNIO N° 00246 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO PRODUTORES RURAIS VALE BANANAL - SALINAS.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 00247 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. MORADORES ZELANDIA - SANTA JULIANA.
DEPUTADO: AJALMAR SILVA.
CONVÊNIO N° 00248 - VALOR: R\$2.000,00.
ENTIDADE: ASSOCIACAO COMUN. RURAL BOA VISTA - SALINAS.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 00249 - VALOR: R\$3.000,00.
ENTIDADE: CASA FRATERNIDADE IRMAOS FRANCISCO - UBERLANDIA.
DEPUTADO: GERALDO REZENDE.
CONVÊNIO N° 00250 - VALOR: R\$1.500,00.
ENTIDADE: CONSELHO COMUN. RIO ANTAS/MALHADA NOVA - SALINAS.
DEPUTADO: GERALDO SANTANNA.
CONVÊNIO N° 00253 - VALOR: R\$5.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ATALEIA - ATALEIA.
DEPUTADO: JOSE HENRIQUE.
CONVÊNIO N° 00261 - VALOR: R\$5.000,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ALPERCATA - ALPERCATA.
DEPUTADO: JOSE HENRIQUE.
CONVÊNIO N° 00262 - VALOR: R\$7.300,00.
ENTIDADE: PREFEITURA MUNICIPAL ATALEIA - ATALEIA.
DEPUTADO: JOSE LAVIOLA.
